TERRITÓRIOS de cuidado, luta e SUSTENTAÇÃO DA VIDA
CFEMEA

CFEMEA | COLETÂNEA DA DEMOCRACIA | 2026

DEMOCRACIA SE FAZ TODO DIA

Feminismo, cidadania ativa e participação popular nas eleições brasileiras de 2026

| Coletânea comentada

| Junho - outubro de 2026





Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Democracia se faz todo dia [livro eletrônico]: feminismo, cidadania ativa e participação popular nas eleições brasileiras de 2026 / Hellen Frida ... [et al.] ; [organização] Hellen Frida ; [coordenação] CFEMEA - Centro Feminista de Estudos e Assessoria. -- Brasília, DF : Centro Feminista de Estudos e Assessoria, 2026. -- (Coletânea da democracia)
PDF

Outros autores: Laura Lyrio Gonçalves, Raíla de Melo, Guacira Cesar de Oliveira, Gabriela Fidelis

Bibliografia
ISBN 978-65-87792-12-5

1. Cidadania 2. Ciência política 3. Democracia 4. Democracia - Brasil 5. Direitos humanos 6. Eleições 7. Feminismo 8. Movimentos sociais 9. Mulheres - Participação política I. Frida, Hellen. II. Gonçalves, Laura Lyrio. III. Melo, Raíla de. IV. Oliveira, Guacira Cesar de. V. Fidelis, Gabriela. VI. Frida, Hellen. VII. CFEMEA - Centro Feminista de Estudos e Assessoria. VIII. Série.

26-412391.0 CDD-303.48481

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil : Democracia : Movimentos sociais: Sociologia 303.48481

Maria Alice Ferreira - Bibliotecária - CRB-8/7964

ISBN: 978-65-87792-12-5

CFEMEA COLETÂNEA DA DEMOCRACIA 2026

DEMOCRACIA SE FAZ TODO DIA

Feminismo, cidadania ativa e participação popular nas eleições brasileiras de 2026

FORMATO
E-BOOK

LOCAL
BRASÍLIA

ANO
2026

NATUREZA
COLETÂNEA COMENTADA

PERÍODO
JUNHO – OUTUBRO DE 2026

PUBLICAÇÃO
CFEMEA – CENTRO FEMINISTA DE ESTUDOS E ASSESSORIA

ORGANIZAÇÃO, PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO
HELLEN FRIDA

REVISÃO DO ORIGINAL
GUACIRA CESAR DE OLIVEIRA
LAURA LYRIO GONÇALVES (JUANITA)

AUTORIA DOS TEXTOS
HELLEN FRIDA · LAURA LYRIO · RAÍLA DE MELO
GUACIRA OLIVEIRA · GABRIELA FIDELIS

EQUIPE AUTOGESTIONÁRIA DA CFEMEA
HELLEN FRIDA · LAURA LYRIO · RAÍLA DE MELO
GUACIRA OLIVEIRA · IVANIRA MONTE · GABRIELA FIDELIS
MIRLA OLIVEIRA · IVÔNIO BARROS

TERRITÓRIOS de Cuidado, luta e SUSTENTAÇÃO DA VIDA

CFEMEA

Femenagem a Amelinha Teles:

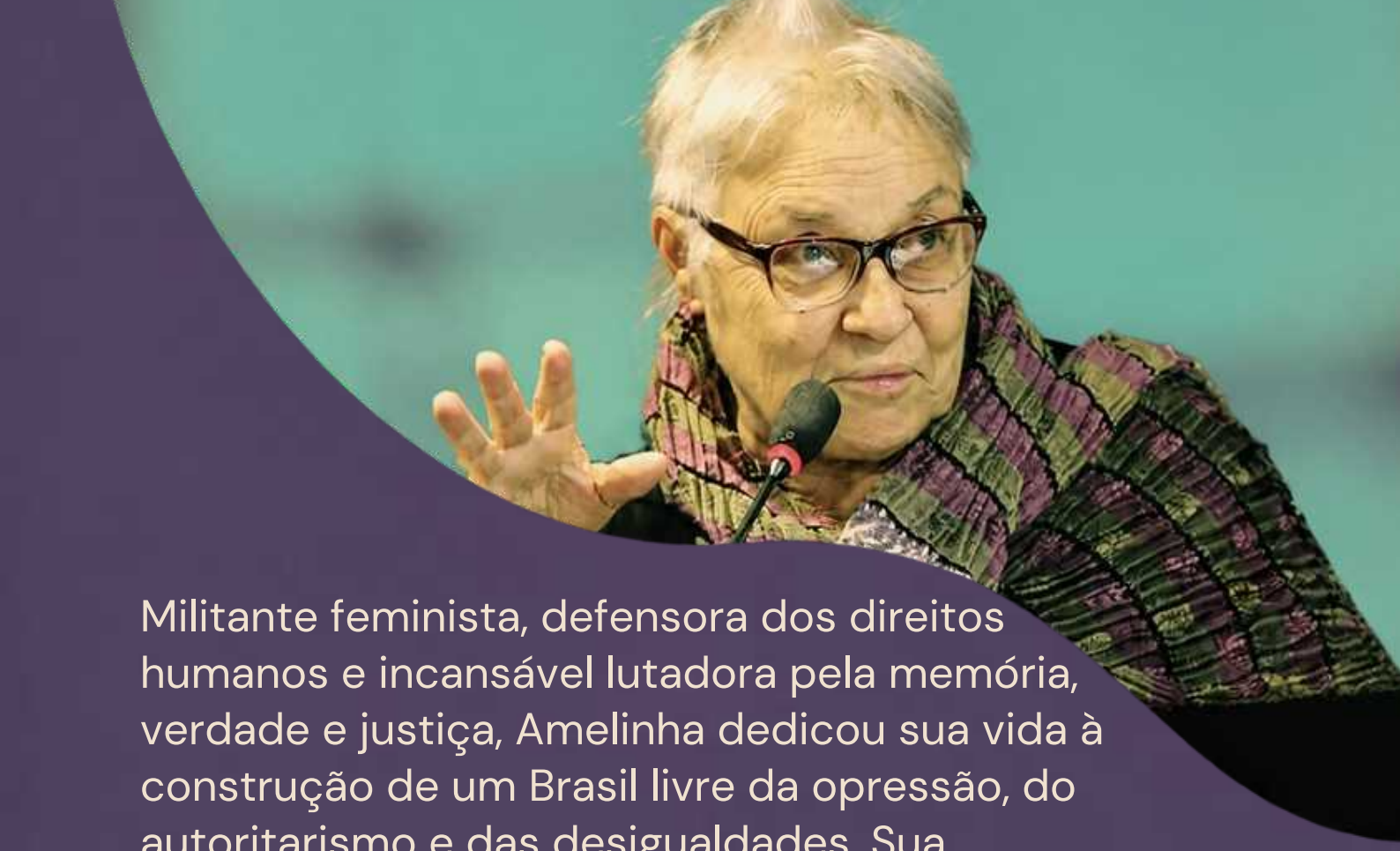
uma vida inteira de luta, memória e democracia



À Amelinha, que nos ensina que a democracia não é uma dádiva, mas uma conquista cotidiana, feita de coragem, organização coletiva e resistência.

Há mulheres que atravessam a história.
E há mulheres que ajudam a escrevê-la, mesmo quando tentam apagar suas palavras, silenciar suas vozes e interromper seus caminhos.
AMELINHA TELES É UMA DESSAS MULHERES.

*Femenagem é como uma homenagem,
mas feminina/feminista, feita pelas mulheres para mulheres



Militante feminista, defensora dos direitos humanos e incansável lutadora pela memória, verdade e justiça, Amelinha dedicou sua vida à construção de um Brasil livre da opressão, do autoritarismo e das desigualdades. Sua trajetória se confunde com algumas das mais importantes lutas democráticas do nosso país.

Amelinha enfrentou a ditadura empresarial-civil-militar brasileira, conheceu a violência da prisão política e da tortura e transformou sua experiência de resistência em compromisso permanente com a justiça. Recusou o silêncio que tantas vezes se tentou impor às mulheres e às pessoas que ousaram lutar pela liberdade.

Mas sua história não é apenas uma história de enfrentamento. É, sobretudo, uma história de construção.

TERRITÓRIOS de Cuidado, luta e SUSTENTAÇÃO DA VIDA

CFEMEA



Amelinha esteve entre as mulheres que **abriram caminhos** para o **feminismo popular** brasileiro, que fizeram da **luta contra a violência patriarcal** uma questão política e que compreenderam, muito antes de tantos outros setores da sociedade, que **não existe democracia verdadeira** enquanto as mulheres permanecem **impedidas de exercer sua humanidade** e continuam **excluídas dos espaços de poder e decisão.**

> ***PORQUE NOSSAS PALAVRAS DE HOJE CARREGAM AS LUTAS DE ONTEM. PORQUE NOSSA CAPACIDADE DE IMAGINAR OUTROS FUTUROS NASCE DA CORAGEM DE QUEM NÃO ACEITOU AS INJUSTIÇAS DO SEU TEMPO.***

TERRITÓRIOS de Cuidado, luta e SUSTENTAÇÃO DA VIDA

CFEMEA



Nos lembra, também, que a memória é uma dimensão indispensável da democracia. Um país que não enfrenta as violências de seu passado corre o risco de permitir que elas se reproduzam no presente, e estamos vendo isso na prática muito bem. Por isso, sua luta pela responsabilização dos agentes da ditadura é, igualmente, uma luta pelo presente e pelo futuro que se faz agora.

Em 2026, quando mais uma vez o Brasil vive uma intensa disputa sobre os sentidos da democracia, os direitos das mulheres e os rumos da sociedade, homenagear Amelinha é reafirmar que nenhuma conquista democrática é definitiva.

Que os direitos conquistados precisam ser defendidos, ampliados e compartilhados. E que a cidadania ativa exige muito mais do que escolher representantes: exige organização, participação e poder popular.

TERRITÓRIOS de Cuidado, luta e SUSTENTAÇÃO DA VIDA
CFEMEA



Para nós, da CFEMEA, sua trajetória representa a força de um feminismo que não separa a vida cotidiana das grandes transformações políticas; que compreende a luta das mulheres como parte inseparável da luta por justiça ecosocial; e que insiste na construção de uma democracia radical, participativa e feminista antirracista.

Porque nossas palavras de hoje carregam as lutas de ontem. Porque nossa capacidade de imaginar outros futuros nasce da coragem de quem não aceitou as injustiças do seu tempo. E porque a democracia que desejamos construir tem as marcas, as vozes e a resistência de mulheres como Amelinha Teles.

À Amelinha, nossa admiração, nosso reconhecimento e nossa gratidão. Não foi atoa que sua partida para Orum tenha acontecido justamente no Dia da Democracia.

TERRITÓRIOS de Cuidado, luta e SUSTENTAÇÃO DA VIDA
CFEMEA

Que sua coragem continue inspirando
as novas gerações de feministas.
Que sua história permaneça viva na
memória das lutas populares.
E que seu exemplo nos ajude a lembrar,
todos os dias, que:

A DEMOCRACIA SÓ SERÁ PLENA QUANDO FOR TAMBÉM UMA DEMOCRACIA DAS MULHERES,

construída com o povo e para o povo.

Com carinho, respeito e compromisso
com a continuidade dessa história,

CFEMEA - Centro Feminista de Estudos e Assessoria

Brasília, outubro de 2026

TERRITÓRIOS de Cuidado, luta e SUSTENTAÇÃO DA VIDA

CFEMEA

TERRITÓRIOS de cuidado, luta e SUSTENTAÇÃO DA VIDA

CFEMEA

APRESENTAÇÃO DO E-BOOK

POR HELLEN FRIDA E GUACIRA CESAR DE OLIVEIRA

DEMOCRACIA SE FAZ TODO DIA

Feminismo, cidadania ativa e participação popular nas eleições brasileiras de 2026



Depois das urnas, seguimos organizadas: cidadania ativa e radicalização da democracia

Por Hellen Frida e Guacira Cesar de Oliveira

Por uma democracia feminista antirracista e popular, construída pelos povos nos territórios e comprometida com a sustentação da vida.

As eleições passam, mas as disputas sobre os rumos da sociedade permanecem. Agora, mais do que nunca, é preciso mobilização constante e participação popular permanente para impedir as tentativas de golpe bolsonarista/fascista.

A defesa da democracia exige, neste momento, garantir o respeito à soberania popular expressa nas urnas e assegurar que o resultado das eleições de 2026 seja integralmente reconhecido e cumprido. Diante das ostensivas movimentações golpistas do bolsonarismo, das tentativas de deslegitimar o processo eleitoral e de criar instabilidade institucional, das infundadas suspeições disseminadas por Trump, não podemos admitir que a vontade popular seja submetida à intimidação, à violência política ou a interesses autoritários.

O voto é uma conquista histórica do povo brasileiro, especialmente das mulheres, da população indigena, negra e das classes populares, que enfrentaram inúmeras barreiras para alcançar esse direito. E pior, ainda lidam com violações graves que lhes impedem de participar plenamente da vida política. Defender o resultado eleitoral é defender a Constituição, a soberania popular e o direito coletivo de decidir democraticamente os rumos do país. Cabe às instituições assegurar a legalidade do processo, responsabilizar eventuais práticas criminosas e garantir a posse do governo reeleito, sem concessões a ameaças golpistas.

Mas a garantia da democracia não pode depender exclusivamente da atuação das instituições. A participação popular, organizada, ampla, plural, será fundamental para acompanhar e defender a legitimidade eleitoral e a realização da posse presidencial, assegurando que a decisão soberana das urnas seja respeitada. A posse não representa apenas um rito institucional: simboliza a continuidade democrática e a concretização da vontade popular. É também um momento de reafirmar o protagonismo dos movimentos sociais, culturais, indigenas, feministas, antirracistas, populares, sindicais, estudantis, ambientais, territoriais e todos movimentos de defesa dos direitos, das liberdades democráticas e do Bem Viver.

Nossa presença organizada na vida pública, nas ruas, nos territórios e nos espaços de participação é expressão de uma cidadania ativa que não se encerra com a votação. Defender a posse, garantir o respeito ao voto e permanecer mobilizadas são dimensões inseparáveis do compromisso com uma democracia que precisa ser protegida, aprofundada e radicalizada todos os dias.

Que democracia queremos construir e quais caminhos precisamos percorrer para que ela seja, efetivamente, uma experiência de liberdade, justiça, igualdade e participação para todas as pessoas?

Ao longo de 2026, a CFEMEA buscou contribuir com esse debate a partir de uma perspectiva feminista, antirracista e popular. Os artigos reunidos nesta publicação expressam reflexões sobre representação política, violência contra as mulheres, direitos humanos, justiça reprodutiva, cuidado, liberdade sexual, autonomia econômica, participação popular e organização coletiva. Embora abordem diferentes dimensões da vida social e política, esses textos compartilham uma compreensão fundamental: o voto na democracia representativa é fundamental, defendemos com unhas e dentes, mas a democracia não pode ser reduzida ao exercício periódico do voto, nem pode existir plenamente enquanto persistirem estruturas de dominação e exploração patriarcais, racistas, étnicas, de classe, que produzem e reproduzem múltiplas formas de desigualdade .

A democracia que defendemos precisa chegar aos territórios, às casas, aos corpos-territórios, às relações de trabalho, às instituições e aos espaços de decisão. Precisa ser vivida por meninas e mulheres negras, indígenas, quilombolas, camponesas, periféricas, trabalhadoras, pessoas com deficiências, lésbicas, bissexuais, travestis, transexuais e por todas aquelas que, historicamente, enfrentam obstáculos para exercer plenamente seus direitos. Mais do que ampliar a presença das mulheres nas instituições, trata-se de transformar as próprias relações de poder que organizam a sociedade.

Democracia para além das urnas: a cidadania ativa como prática cotidiana

O voto é uma conquista democrática indispensável. Entretanto, votar não significa, por si só, participar das decisões que determinam nossas condições de vida. A democracia representativa, embora fundamental, apresenta limites quando a participação popular fica restrita aos períodos eleitorais e quando as decisões políticas permanecem concentradas nas mãos de poucos grupos.

Por isso, defendemos a radicalização da democracia como um processo de ampliação e aprofundamento da participação popular, da redistribuição do poder e da capacidade coletiva de decidir sobre os destinos da sociedade.Democracia direta, democracia participativa, democracia nas redes e nas ruas, em casa e na vida pública.

A cidadania ativa é parte essencial desse horizonte. Ela se realiza quando mulheres e comunidades se organizam para identificar problemas, construir alternativas, reivindicar direitos, acompanhar políticas públicas, disputar recursos e participar das decisões que afetam suas vidas. Está presente nas associações comunitárias, nos coletivos feministas, nos movimentos sociais, nos quilombos, na reocupação de territórios ancestrais, na organização comunitária das ocupações urbanas e rurais, e nas cooperativas, nos conselhos de políticas públicas, nas conferências, nas mobilizações populares e nas experiências de autogestão construídas nos territórios.

Territórios de Cuidado, Luta e Sustentação da Vida: transformar a realidade desde onde vivemos

É nessa perspectiva que a CFEMEA desenvolve sua estratégia de Territórios de Cuidado, Luta e Sustentação da Vida, compreendendo os territórios como espaços fundamentais de organização política, produção de conhecimentos, construção de autonomia e transformação ecosocial.

A estratégia busca fortalecer processos feministas, antirracistas e populares de autotransformação e transformação ecossocial, construídos pelas próprias mulheres, ativistas, coletivos e movimentos sociais.

Esses processos articulam educação popular, formação política, autogestão, autocuidado, cuidado coletivo, autonomia econômica e organização em rede, reconhecendo que a capacidade de sustentar as lutas está profundamente relacionada à capacidade de sustentar a vida a partir das coletividades.

Não se trata apenas de enfrentar os efeitos imediatos das desigualdades, mas de transformar as relações sociais, econômicas, políticas e culturais que as produzem, desarticulando e combatendo os processos de dominação em suas diferentes formas e frentes.

Nos territórios, as mulheres constroem respostas coletivas às necessidades concretas da vida. Organizam redes de cooperação e solidariedade, desenvolvem experiências a partir de outras economias - feministas, solidárias, populares, defendem o acesso à terra e à moradia, reivindicam políticas públicas, equipamentos públicos, enfrentam as violências e constroem alternativas de produção, distribuição e consumo comprometidas com a justiça ecosocial.

Experiências como as farinhadas coletivas, as cozinhas/lavanderias/hortas comunitárias, a organização de cooperativas feministas, as práticas agroecológicas, os processos de educação popular, de cultura, com pontos de cultura e redes que cultivam outro imaginário popular, com redes comunitárias de cuidado coletivo e autocuidado que demonstram que a participação política não se limita aos espaços institucionais.

Ela também acontece quando mulheres se reúnem para decidir coletivamente sobre o trabalho, a produção, os recursos, o uso do tempo, o território e as condições necessárias à reprodução e à sustentação da vida. São experiências que produzem autonomia, fortalecem vínculos comunitários e ampliam a capacidade de ação política das mulheres. Ao mesmo tempo, revelam que a transformação ecossocial não acontece apenas pela conquista de direitos formais. Ela exige mudanças nas formas de viver, desde as formas de produzir, cuidar, conviver, defender os Comuns da terra e da humanidade, compartilhar responsabilidades e exercer o poder.

O cuidado como dimensão da democracia

Uma democracia comprometida com a igualdade precisa reconhecer o cuidado como dimensão central da organização da sociedade.

Durante séculos, o trabalho de cuidar foi atribuído principalmente às mulheres, especialmente às mulheres negras e empobrecidas, sem remuneração,sem reconhecimento, sem suporte, como se fosse uma obrigação natural e individual, e não uma responsabilidade social e coletiva.

Essa organização desigual do cuidado limita a autonomia econômica, a liberdade, o tempo disponível e as possibilidades de participação política de milhões de mulheres.

Por isso, o autocuidado e o cuidado coletivo não podem ser tratados como questões secundárias ou exclusivamente privadas. São dimensões políticas da sustentação da vida e da continuidade das lutas sociais.

Poder cuidar de si, garantir o cuidado para quem cuida, ter o direito de ser cuidada, construir redes de apoio mútuo e solidariedade, enfrentar o adoecimento provocado pela sobrecarga e pela violência, compartilhar responsabilidades, reivindicar políticas públicas de cuidado, demandar seguridade social pública, universal e inclusiva entre tantas outras lutas contribuem para transformar relações de poder.

O cuidado também precisa estar presente na organização dos próprios movimentos sociais. Sustentar o ativismo feminista exige reconhecer limites, distribuir responsabilidades, enfrentar práticas de exploração e construir formas de organização que não reproduzam as desigualdades que buscamos superar.

Queremos uma sociedade em que as mulheres tenham condições de participar da vida pública sem abrir mão da saúde, do descanso, dos afetos, da autonomia e do direito de viver plenamente. O tempo de viver, de cuidar, de criar, de participar e de descansar também é uma questão democrática.

Participação popular, controle social e disputa das políticas públicas

A construção de uma democracia participativa exige instituições públicas abertas à sociedade, mecanismos efetivos de controle social e condições para que os movimentos populares influenciem as decisões do Estado.

Conselhos, conferências, audiências públicas, consultas populares, plebiscitos, referendos, fóruns de debate que reúnam a diversidade, processos participativos de planejamento e orçamento, dados abertos, mecanismos de transparência e fiscalização são instrumentos importantes para aproximar as políticas públicas das necessidades da população.

Entretanto, sua existência formal não garante a participação ativa e efetiva se não estiver vinculada às finanças públicas (receita e orçamento) e a legitimidade dos territórios. É necessário assegurar acesso à informação, formação política, estruturas acessíveis , recursos distribuídos nos territórios, recursos de apoio aos movimentos, organizações e defensoras, acessibilidade, enfim, condições materiais de participação, maior horizontalidade no fazer e decidir e reconhecimento dos conhecimentos produzidos nos territórios.

As mulheres querem e precisam participar não apenas da apresentação de demandas, mas da definição de prioridades, da elaboração de propostas, da distribuição dos recursos públicos, da feitura dos processos e do acompanhamento dos resultados. É preciso reconhecer as mulheres e seus movimentos como sujeitos políticos completos e complexos, profundos e legítimos.

Isso significa apontar a contradição capital-vida e disputar a política monetária, triubutária e o orçamento público para o bem comum. Reivindicar políticas de enfrentamento à violência, saúde integral, justiça reprodutiva, educação, moradia, mobilidade, segurança alimentar, proteção socioambiental, cuidado e tantas outras. Significa também fortalecer o controle social sobre a implementação dessas políticas, exigindo transparência, responsabilização e compromisso com a redução das desigualdades de gênero, raça, classe e território.

Para o próximo período político, esse é um desafio central: transformar a participação popular em capacidade real de fortalecimento dos territórios e de incidência sobre as decisões públicas. A cidadania ativa se fortalece quando as organizações populares conseguem articular suas experiências territoriais com processos de incidência institucional, sem perder sua autonomia, sua diversidade e sua capacidade crítica.

Fortalecer os movimentos para sustentar as lutas

Nenhuma transformação estrutural se realiza individualmente.

A história das conquistas democráticas brasileiras demonstra a importância da organização coletiva, da mobilização popular e da atuação dos movimentos sociais na ampliação de direitos, na construção das políticas públicas, do próprio Estado e na transformação ecossocial.

O movimento feminista tem contribuído decisivamente para colocar na agenda pública questões antes consideradas privadas ou secundárias, como a violência doméstica, a divisão sexual e racial do trabalho, os direitos sexuais e reprodutivos, a justiça reprodutiva, a autonomia econômica e a participação das mulheres no poder.

Entretanto, a continuidade dessas lutas exige enfrentar desafios que atravessam a própria sustentabilidade das organizações e dos movimentos. Lutar não pode ser crime. Nossos corpos não podem ser criminalizados. Enfrentar a criminalização dos movimentos sociais, amplificar as vozes das mulheres negras, indígenas, periféricas, fortalecer suas organizações e articulações movimentistas é indispensável.

Respeitar sua autonomia e reconhecer sua relevância para a democratização da democracia, bem como o necessário financiamento público à defesa de direitos, à proteção contra as violências, em especial para apoiar aquelas sujeitas coletivas que sofrem múltiplas formas de violência e exploração é condição básica ao aprofundamento do processo democrático.

Fortalecer os movimentos sociais significa, portanto, construir condições materiais, políticas,afetivas e efetivas para sua continuidade. Isso envolve investir esforços na formação de novas ativistas, promover diálogos intergeracionais, interraciais, interétnicos, interculturais compartilhar conhecimentos, ampliar a autonomia econômica, fortalecer redes e criar mecanismos coletivos de proteção e cuidado. Também exige reconhecer o protagonismo das mulheres que constroem suas lutas nos territórios, valorizando seus saberes, experiências e formas próprias de organização.

Uma democracia radicalizada, popular e de cidadania participativa, não pode ser construída sem movimentos sociais fortes, autônomos, diversos e capazes de atuar de forma articulada.

Transformação ecossocial e Bem Viver feminista

A democracia que buscamos não se limita à ampliação da participação nas estruturas existentes. Ela também questiona os fundamentos de uma organização social marcada pela concentração de riquezas, pela exploração do trabalho, pelo racismo, pelo patriarcado e pela destruição da natureza.

A crise climática, a insegurança alimentar, a precarização das condições de vida e as desigualdades territoriais evidenciam os limites de um modelo de desenvolvimento que coloca a acumulação econômica acima das necessidades humanas e da preservação e recuperação dos ecossistemas.

A transformação ecossocial feminista propõe recolocar a sustentação da vida no centro das decisões políticas e econômicas. Isso significa reconhecer a interdependência entre as pessoas, os territórios e a natureza, fortalecer outras formas de economia, defender a agroecologia, a socioecologia, a soberania alimentar e o acesso justo aos bens comuns.

Significa também apontar a contradição capital-vida e questionar a ideia de que o desenvolvimento pode ser medido pelo crescimento econômico. O Bem Viver, desde a nossa perspectiva feminista antirracista constitui um horizonte político em permanente construção, alimentado pelas experiências e conhecimentos dos movimentos de mulheres (cis e trans) negras, periféricas, trabalhadoras domésticas, rurais e urbanas, trabalhadoras do sexo, sem-terra, sem-teto, camponesas, dos povos indígenas, das comunidades tradicionais, e das organizações populares.

Trata-se de uma perspectiva que valoriza a diversidade dos modos de vida, a reciprocidade, a justiça ecossocial, a autonomia, a colaboração e solidariedade e o direito coletivo de viver com dignidade. Nessa perspectiva, a democracia precisa ser capaz de transformar não apenas quem governa, mas também como decidimos, produzimos, distribuímos, cuidamos e convivemos.

Depois das eleições, a democracia continua sendo construída

As eleições de 2026 representam mais um momento da disputa pelos sentidos da democracia brasileira. Os resultados eleitorais influenciam as condições institucionais e políticas em que os movimentos sociais atuarão, mas não determinam, por si só, os limites de nossa capacidade de organização e transformação.

O período que se abre exige atenção às decisões dos poderes públicos e participação ativa nos espaços de decisão. Exige, igualmente, ampliar a articulação entre organizações feministas e de mulheres (cis e trans), movimentos populares, coletivos e suas organizações territoriais, redes de defensoras de direitos humanos, comunicadoras e experiências de cooperação e outras economias.

Para a CFEMEA, a estratégia de Territórios de Cuidado, Luta e Sustentação da Vida aponta um caminho para esse próximo ciclo: fortalecer processos coletivos que ampliem a autonomia das mulheres, sustentem o ativismo, aprofundem a formação política, desenvolvam práticas de autogestão,autocuidado, cuidado coletivo e fortaleçam a capacidade de disputar e transformar relações de poder e o próprio poder.

A cidadania ativa que defendemos nasce da consciência de que somos sujeitas de direitos, mas se realiza plenamente quando nos reconhecemos também como sujeitas coletivas de transformação.

Não queremos apenas participar das decisões tomadas por outros. Queremos construir as condições para decidir coletivamente sobre os rumos de nossas vidas, dos nossos territórios e da sociedade. Não queremos apenas resistir às desigualdades. Queremos transformar as estruturas que as produzem. Não queremos apenas sobreviver às crises. Queremos construir as condições para viver bem, com direitos, liberdade e dignidade.

Radicalizar a democracia é fazer com que ela crie raízes profundas na vida cotidiana, na organização popular e na capacidade coletiva de transformar o mundo.

Por isso, depois das urnas, seguimos organizadas.

Seguimos nos territórios, nas redes, nas cooperativas, nos movimentos, nas associações, nos coletivos, nos pontos de cultura, nas comunidades, nos partidos e nos espaços de participação política. Seguimos defendendo nossos corpos-territórios, nossas vidas, nossos direitos e o bem comum. Seguimos construindo autonomia, compartilhando cuidados, saberes, produzindo conhecimentos e fortalecendo a organização coletiva. Seguimos fazendo da democracia uma prática viva e cotidiana de participação, solidariedade, autotransformação e transformação ecossocial.

A democracia que queremos construir precisa ter as mulheres como protagonistas, os territórios como espaços de poder compartilhado e a sustentação da vida como princípio orientador. Depois das urnas, a luta continua. E é na força coletiva das mulheres e dos movimentos populares que seguimos construindo os caminhos feministas antirracistas para uma sociedade orientada pela justiça ecossocial e pelo Bem Viver.

Sumário

1. **Quando as mulheres ocupam o poder, o patriarcado reage** pág. 11–14

Por Hellen Frida - Publicado em 26 de junho de 2026

2. **Mulheres, eleições e o Parlamento brasileiro: entre a retórica da proteção e a disputa por direitos** pág. 15–17

Por Hellen Frida - Publicado em 3 de julho de 2026

3. **Prevenção, democracia e os desafios contemporâneos do enfrentamento à violência contra mulheres e meninas** pág. 18–24

Por Guacira Oliveira - publicado em 8 de setembro de 2026

4. **A festa da democracia foi vilipendiada** pág. 25–32

CFEMEA - Publicado em 16 de setembro de 2026

5. **Trinta anos depois das cotas, querem que as mulheres continuem batendo à porta do poder** pág. 33–37

Por Hellen Frida - Publicado em 24 de setembro de 2026

Sumário

6. **Democracia é substantivo feminino: votar, participar e disputar o poder** pág. 38–44

Por Hellen Frida - Publicado em 2 de outubro de 2026

7. **Participação política de meninas: a saída para tempos melhores começa agora** pág. 45–47

Por Raíla de Melo - Publicado em 14 de outubro de 2026

8. **Autocuidado, cuidado coletivo e justiça reprodutiva** pág. 48–51

Por Gabriela Fidelis - Publicado em 15 de outubro de 2026

9. **Defender a democracia é garantir direitos, proteger vidas e fortalecer os territórios** pág. 52–58

Nota de posicionamento do CBDDH | Publicado em 19 de outubro de 2026

10. **Mulheres rurais, soberania alimentar, agroecologia e democracia** pág. 59–60

Por Laura Lyrio (Juanita) - Publicado em 22 de outubro de 2026

Sumário

BÔNUS

Para a incidência feminista
antirracista e popular avançar:
cultivando juntas os espaços políticos que a
sustentação da vida necessita pág. 61-69

Por Laura Lyrio (Juanita) - Publicado em 27 de março de 2026

Os textos percorrem uma trajetória: a violência que tenta expulsar mulheres da política; a disputa concreta pelos direitos no Parlamento; a organização comunitária contra a violência; a defesa das instituições e a necessária radicalização democrática sobre elas; os limites das cotas eleitorais e apontamentos para uma verdadeira incidência sobre a ocupação devida das mulheres no parlamento; e, por fim, a democracia entendida como prática cotidiana de poder popular.

O voto é indispensável, precisamos todas e todos participar ativamente da eleição,
mas não basta votar de tempos em tempos.

É preciso participar ativamente da vida política: organizar as coletividades, fiscalizar, propor, decidir também a partir dos territórios, disputar recursos e sustentar a vida em comum.

DEPOIS DAS URNAS: UMA AGENDA DE CIDADANIA ATIVA



TERRITÓRIOS de Cuidado, luta e SUSTENTAÇÃO DA VIDA

CFEMEA

1. Quando as mulheres ocupam o poder, o patriarcado reage

A violência política contra mulheres eleitas tem se consolidado como um dos principais desafios à democracia brasileira. Dados recentes do estudo Mulheres Ameaçadas no Brasil: dos Feminicídios às Cassações de Mandatos, produzido pelo Instituto E Se Fosse Você, revelam a dimensão desse fenômeno.
(contribuição para o Comitê Brasileiro de Defensoras e Defensores de Direitos Humanos)

A tentativa de retirada da deputada estadual Renata Souza da presidência da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (ALERJ) não pode ser compreendida como um fato isolado. Trata-se de mais um episódio de uma escalada de violência política de gênero, raça e território que atravessa as instituições democráticas brasileiras e busca limitar, silenciar e expulsar mulheres dos espaços de poder, especialmente aquelas que ousam confrontar estruturas históricas de privilégio, desigualdade e violência.

Mulher negra, favelada, mãe, defensora de direitos humanos e a deputada mais votada da história da ALERJ, Renata Souza construiu sua trajetória política vinculada à defesa dos direitos humanos, ao enfrentamento da violência de Estado e à luta pelos direitos das mulheres. Sua atuação firme na denúncia dos feminicídios, das violações cometidas pelo governo estadual e das desigualdades estruturais que atingem as mulheres fluminenses parece ter produzido exatamente o efeito que os setores mais conservadores da política brasileira costumam reservar às mulheres que não aceitam ocupar lugares subalternizados: a perseguição.

A ofensiva contra sua permanência na presidência da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher ocorre justamente após um período de intensa atuação da comissão na denúncia das violências enfrentadas pelas mulheres no estado do Rio de Janeiro. A tentativa de afastamento da parlamentar surge acompanhada do bloqueio de iniciativas importantes, como a CPI do Feminicídio, protocolada por seu mandato e que sequer foi publicada pela Casa Legislativa.

Não se trata de uma disputa administrativa. Trata-se de uma disputa política sobre quem pode exercer poder e quais vozes podem ser ouvidas dentro das instituições.

A violência política contra mulheres eleitas tem se consolidado como um dos principais desafios à democracia brasileira. Embora a Lei nº 14.192/2021 tenha reconhecido e tipificado a violência política de gênero, a realidade demonstra que a legislação, por si só, não tem sido suficiente para conter os ataques dirigidos às mulheres que ocupam cargos públicos.

Dados recentes do estudo Mulheres Ameaçadas no Brasil: dos Feminicídios às Cassações de Mandatos, produzido pelo Instituto E Se Fosse Você,

revelam a dimensão desse fenômeno. Entre 2015 e 2025, pelo menos 71 mulheres eleitas tiveram seus mandatos cassados ou foram alvo de tentativas de cassação em 19 estados brasileiros. O levantamento aponta que os casos atingiram seu pico recente durante o ciclo eleitoral de 2024 e que mulheres filiadas a partidos de esquerda e centro-esquerda aparecem entre os principais alvos das ofensivas institucionais.

O estudo também demonstra que grande parte dessas iniciativas não se apoia necessariamente em crimes ou irregularidades comprovadas, mas em acusações subjetivas relacionadas à "quebra de decoro", "conduta inadequada", "imoralidade" ou comportamentos considerados incompatíveis com a função parlamentar. São argumentos frequentemente utilizados para conferir aparência de legalidade a processos que, em sua essência, possuem forte conteúdo político e ideológico.

Para compreender esse cenário é necessário observar quem ocupa os espaços de poder no Brasil.

O estudo Perfil Parlamentar (2023-2026) sob a ótica da agenda feminista, elaborado pelo CFEMEA,

revela um Parlamento profundamente marcado pelas desigualdades de gênero, raça e classe. Embora as mulheres sejam maioria da população brasileira, permanecem sub-representadas nos espaços de decisão política. O Congresso Nacional segue sendo predominantemente masculino, branco, vinculado aos interesses do agronegócio, do mercado financeiro, dos setores empresariais e de grupos religiosos conservadores.

Essa composição não é apenas uma fotografia da representação política brasileira. Ela influencia diretamente a agenda legislativa, a ocupação dos espaços de poder dentro das Casas Legislativas e a correlação de forças que determina quais projetos avançam e quais são bloqueados. Também ajuda a compreender por que as parlamentares comprometidas com agendas feministas, antirracistas, ambientais, populares e de direitos humanos enfrentam resistência tão intensa.

O que se observa hoje é uma crescente utilização dos próprios mecanismos institucionais para constranger, desgastar e tentar neutralizar mulheres que desafiam as estruturas tradicionais de poder. A disputa não acontece apenas nas urnas. Ela ocorre também nas presidências de comissões, nas relatorias, nos conselhos de ética, nos processos disciplinares e nos bastidores das Casas Legislativas.

É nesse contexto que se insere também o recente processo instaurado contra a deputada federal Erika Hilton na Câmara dos Deputados

A parlamentar, uma das principais lideranças feministas e LGBTQIAPN+ do país, tornou-se alvo de representação no Conselho de Ética após manifestações realizadas em seu perfil oficial nas redes sociais durante o processo de disputa pela presidência da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher. O parecer apresentado pelo deputado Cabo Gilberto Silva (PL-PB) considerou haver indícios suficientes de autoria e materialidade para o prosseguimento do processo, sustentando que Erika teria realizado ataques verbais a parlamentares que se opuseram à sua eleição.

A abertura do processo provocou forte reação de organizações feministas, movimentos sociais, entidades de direitos humanos e parlamentares progressistas. Diversos setores denunciaram a seletividade dos mecanismos disciplinares da Câmara dos Deputados, frequentemente acionados quando mulheres, pessoas negras, parlamentares LGBTQIAPN+ e defensoras de direitos humanos ocupam posições de destaque e enfrentam estruturas conservadoras.
Essa compreensão também tem impulsionado novas formas de organização coletiva.

Nos últimos anos, movimentos feministas, organizações da sociedade civil e redes de defensoras passaram a construir iniciativas específicas para responder aos ataques dirigidos aos mandatos de mulheres. Entre elas destaca-se a campanha Elas Ficam, uma articulação nacional que denuncia perseguições políticas, acompanha processos de cassação e mobiliza solidariedade pública em defesa das parlamentares ameaçadas.

A campanha surge da constatação de que os ataques não são episódios isolados. Ao contrário, fazem parte de uma estratégia sistemática que busca desestimular a participação política das mulheres e reduzir a presença de vozes dissidentes nas instituições democráticas. Defender os mandatos das mulheres tornou-se uma tarefa coletiva de defesa da própria democracia.

Quando uma mulher eleita sofre perseguição política, não é apenas sua trajetória individual que está em risco. O que está em disputa é o direito de milhões de mulheres de se verem representadas nos espaços de poder. O que está em disputa é a possibilidade de que mulheres negras, periféricas, indígenas, quilombolas, trabalhadoras, LGBTQIA+ e defensoras de direitos humanos possam exercer plenamente seus mandatos sem sofrer ameaças, retaliações e tentativas permanentes de silenciamento.

A pesquisadora feminista Tássia Rabelo de Pinho, em seu artigo A Violência Política de Gênero e o Silêncio do Conselho de Ética: Mulheres na Política e Violência de Gênero no Brasil,

publicado na Revista Estudos Feministas, demonstra que a violência política contra as mulheres não se limita a agressões individuais ou episódios isolados. Trata-se de um mecanismo de manutenção das hierarquias de poder que opera justamente quando mulheres passam a ocupar espaços historicamente monopolizados pelos homens. Segundo a autora, as instituições muitas vezes reproduzem esse processo ao minimizar denúncias, silenciar violências e tratar ataques de gênero como simples conflitos políticos ou disputas partidárias. O resultado é a produção de um ambiente hostil que busca deslegitimar a presença das mulheres na política e restringir sua capacidade de atuação.

A análise de Tássia Rabelo ajuda a compreender por que casos como os de Renata Souza e Erika Hilton não podem ser lidos apenas como controvérsias parlamentares. O que está em jogo é a disputa sobre quem pode exercer poder, quais corpos são considerados legítimos para ocupar posições de liderança e quais vozes podem influenciar os rumos das instituições democráticas. Quando mulheres negras, periféricas, feministas, defensoras de direitos humanos ou representantes de grupos historicamente excluídos alcançam posições estratégicas, a reação frequentemente assume a forma de perseguição política, assédio institucional e tentativas de afastamento dos espaços de decisão.

Não estamos diante de episódios isolados. Estamos diante de um padrão. Um padrão que busca disciplinar mulheres que ousam exercer poder, denunciar injustiças, enfrentar privilégios e construir novos horizontes democráticos.

Por isso, defender Renata Souza, Erika Hilton e tantas outras mulheres parlamentares atacadas por exercerem seus mandatos é defender muito mais do que indivíduos. É defender a democracia, os direitos humanos e o direito das mulheres de ocupar e transformar os espaços de decisão política, de serem e exercerem seus lugares como defensoras de direitos.

Diante das tentativas de cassação, afastamento, perseguição e silenciamento, é preciso afirmar com clareza: elas ficam. E ficam porque seus mandatos pertencem não apenas a elas, mas às lutas coletivas, aos movimentos sociais, aos territórios populares e às milhares de mulheres que seguem construindo democracia todos os dias no Brasil.

2. Mulheres, eleições e o Parlamento brasileiro: entre a retórica da proteção e a disputa por direitos

O período eleitoral costuma ampliar o interesse do Parlamento por pautas de forte apelo social. Entre elas, os direitos das mulheres ocupam hoje lugar de destaque. Nenhuma força política relevante se posiciona publicamente contra o combate à violência de gênero, a valorização da maternidade ou a representação política das mulheres no poder. Contudo, essa aparente convergência esconde divergências profundas sobre o significado dos direitos das mulheres, o papel do Estado e os caminhos para promover a igualdade.

A análise das proposições legislativas apresentadas nos últimos anos revela uma transformação importante do Congresso Nacional. Se em décadas anteriores a principal disputa era garantir que as demandas das mulheres fossem reconhecidas como tema político legítimo, hoje o cenário é distinto. A pauta das mulheres tornou-se transversal. Parlamentares de diferentes espectros ideológicos têm proposições relacionadas à violência doméstica, ao feminicídio, à maternidade, ao cuidado, à participação política e à autonomia econômica.

À primeira vista, esse movimento poderia ser interpretado como sinal inequívoco de avanço. Contudo, uma observação mais cuidadosa mostra que a ampliação quantitativa das proposições não corresponde necessariamente ao fortalecimento de uma agenda de direitos.

Enquanto permanecem relativamente ausentes debates sobre financiamento de políticas públicas, ampliação de serviços de cuidado, fortalecimento da rede de proteção social ou redistribuição das responsabilidades domésticas, grande parte dos projetos em tramitação quer “responder” a problemas reais por meio de soluções fragmentadas, pontuais ou simbólicas, ou mesmo tergiversada, usando subterfúgios e desculpas evasivas que podem até prejudicar as mulheres.

Em vez de enfrentar as causas estruturais das desigualdades de gênero, muitas iniciativas escamoteiam o problema e concentram-se em seus efeitos mais visíveis e rasos. Multiplicam-se propostas que criam datas comemorativas, novos tipos penais, homenagens, campanhas que não conscientizam de fato ou alterações legislativas de alcance limitado.

Essa tendência reflete uma mudança mais ampla na dinâmica política contemporânea. Em um ambiente marcado pela comunicação instantânea, pelas redes sociais e pela busca permanente por visibilidade pública, medidas de fachada frequentemente produzem maior retorno político do que reformas estruturais. Um projeto de fácil compreensão, associado à proteção das mulheres, gera repercussão imediata. Já iniciativas que exigem investimento público, reorganização institucional ou enfrentamento de privilégios costumam encontrar resistências maiores e produzir ganhos eleitorais menos evidentes.

O resultado para a cidadania é "falsa proteção sem transformação". As mulheres aparecem como destinatárias de uma rasa, quando não inócua proteção legal, mas raramente como sujeitos de direitos cuja autonomia econômica, participação política e cidadania plena, o que exigiria mudanças profundas nas estruturas sociais e econômicas.

Essa lógica torna-se particularmente evidente nas discussões sobre violência de gênero. O Congresso demonstra crescente disposição para aprovar medidas de endurecimento penal, ampliação de sanções e criação de novas hipóteses de responsabilização. Embora essas iniciativas possuam relevância, elas frequentemente convivem com baixa disposição para discutir temas como financiamento das Casas da Mulher Brasileira, expansão dos serviços especializados, fortalecimento da assistência social, ampliação do acesso à justiça, garantia de moradia para mulheres em situação de violência ou políticas de autonomia econômica.

O mesmo fenômeno pode ser observado no debate sobre maternidade e cuidado. Há amplo reconhecimento de que as mulheres enfrentam dificuldades para conciliar trabalho remunerado e responsabilidades familiares, ao mesmo tempo em que as colocam como guerreiras heroínas que tudo precisam aguentar. E, desta forma, em vez de priorizar a universalização do acesso à educação infantil, a ampliação da oferta pública de creches ou a construção de um sistema nacional de cuidados, muitas propostas optam por mecanismos de vouchers, incentivos fiscais ou soluções individualizadas que transferem para as famílias (sobretudo para as mulheres, responsáveis pela manutenção e estruturação dessas famílias) e para o mercado responsabilidades que deveriam ser compartilhadas socialmente.

Nesse contexto, a atuação dos movimentos feministas e das organizações de defesa dos direitos das mulheres adquire importância ainda maior. O desafio já não consiste apenas em inserir temas na agenda pública. Trata-se de disputar o significado das respostas legislativas oferecidas aos problemas identificados.

A proximidade do processo eleitoral intensifica essa disputa. Em períodos pré campanha, cresce a produção de iniciativas voltadas a públicos específicos, entre eles, as mulheres, fiel da balança dos últimos pleitos. A questão central, porém, não é quantos projetos estão sendo apresentados em nome das mulheres, mas quais interesses e concepções de sociedade eles efetivamente representam.

A experiência recente demonstra que nem toda proposta que menciona mulheres promove igualdade de gênero. Nem toda iniciativa apresentada como proteção fortalece direitos. Nem toda política direcionada às mulheres contribui para sua autonomia. Muitas vezes, medidas aparentemente favoráveis acabam reforçando papeis tradicionais de gênero, valorizando visões conservadoras de maternidade, deslocando responsabilidades do Estado para as famílias ou substituindo políticas públicas universais e de reparação das desigualdades históricas por mecanismos focalizados e insuficientes.

Por isso, o debate legislativo requer critérios mais exigentes de avaliação. A pergunta fundamental não deve ser se determinado projeto fala sobre mulheres, mas se ele amplia direitos, reduz desigualdades, fortalece a autonomia econômica, reconhece o valor social do cuidado, enfrenta o racismo e outras formas de discriminação e contribui para a construção de uma democracia mais inclusiva.

As eleições de 2026 ocorrerão em um cenário marcado por disputas sobre o papel do Estado, a proteção social, os direitos humanos e a própria ideia de igualdade. As mulheres podem estar no centro dessas disputas, seja como eleitoras, candidatas, lideranças políticas ou destinatárias de propostas legislativas.

À medida que se aproximam as eleições de 2026, a pauta dos direitos das mulheres tende a ocupar posição estratégica no debate político e parlamentar. Afinal, o parlamento tem problemas com as brasileiras, poucas mobilizações, virtuais e de rua foram tão efetivas quanto a hashtag #congressoinimigodasmulheres, quando o PL do estuprador esteve em pauta; assim como quando a resolução do CONANDA que protegia crianças vítimas de estupro foi derrubada em 40 segundos.

De fato, a essa altura do calendário eleitoral, importa dizer que a verdadeira medida do compromisso com a igualdade de gênero não está na quantidade de projetos apresentados, mas na capacidade de efetivar políticas capazes de enfrentar os problemas estruturais que continuam moldando a vida das mulheres brasileiras: a violência, a desigualdade econômica, a sobrecarga do cuidado e a sub-representação política. Mais do que distinguir discursos e promessas, será necessário avaliar quais propostas efetivamente ampliam direitos e fortalecem a cidadania das mulheres. A disputa eleitoral que se aproxima será também uma disputa sobre o sentido desses direitos e sobre qual projeto de sociedade orientará a atuação do próximo Parlamento brasileiro: um projeto baseado apenas na retórica da proteção ou um compromisso real com a transformação das condições que produzem desigualdade.

3. Prevenção, democracia e os desafios contemporâneos do enfrentamento à violência contra mulheres e meninas

Em 1981 foi fundado o primeiro SOS Mulher por um grupo de feministas, em São Paulo. Data de 1985 a criação da primeira Delegacia da Mulher. Em 1992, A Conferência da ONU Sobre Direitos Humanos afirmou pela primeira vez que os direitos das mulheres são Direitos Humanos. Agora, em 2026, a Lei Maria da Penha completou vinte anos.

Ao longo desses 45 anos, as lutas feministas forjaram as condições políticas que criaram as leis e instituíram as políticas públicas que transformaram profundamente a maneira como o Estado brasileiro e a sociedade compreendem as violências contra as mulheres. O que antes era frequentemente tratado como problema privado passou a ser considerado como violação de direitos humanos e responsabilidade pública. Praticamente toda a sociedade reconheceu tais violências, se posicionou contra essas violências e a lei instituiu mecanismos de proteção para as mulheres, impulsionou a criação de serviços especializados, o estabelecimento de uma política nacional de enfrentamento à violência contra as mulheres e investimentos públicos para efetivá-la.

Entretanto, o país chega a esse 20º aniversário convivendo com uma realidade paradoxal. Os feminicídios continuam em níveis extremamente elevados, o Fórum Brasileiro de Segurança Pública registrou 1.492 em 2024 e 1.571 em 2025, os maiores números da série histórica desde a tipificação do crime em 2015.

A coexistência entre avanços institucionais e persistência da violência exige uma reflexão crítica. Ela nos obriga a perguntar onde estão os problemas? Quem os está causando? O que fazer?

A prevenção foi negligenciada?

A resposta de diversas pesquisadoras e organizações feministas é afirmativa. A Lei Maria da Penha foi concebida como uma política integrada de proteção, promoção de direitos e prevenção. O artigo 8º estabelece diretrizes relacionadas à educação, campanhas públicas, formação profissional, pesquisa, produção de dados e articulação entre Estado e sociedade civil.

Contudo, estudos da pesquisadora Wânia Pasinato apontam que a expansão da rede especializada ocorreu de forma incompleta, com cobertura territorial insuficiente e forte desigualdade regional. Muitas políticas foram implementadas sem financiamento estável de longo prazo.

O monitoramento realizado pela CFEMEA em relação ao Programa de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres entre 1995 e 2012 mostra uma tendência crescente de investimentos públicos nesta área durante esse período. Análises do INESC sobre os anos subsequentes identificaram baixa execução orçamentária, enfraquecimento institucional e redução da capacidade estatal de implementação das políticas voltadas às mulheres, especialmente entre 2019 e 2023.

As dotações orçamentárias autorizadas foram bem maiores do que os montantes liquidados em ações estruturantes, ainda mais de 2019 até 2023, quando a dependência de restos a pagar foi enorme, maior do que sempre costuma ser.

O monitoramento feminista do planejamento e orçamento públicos tem permitido identificar retrocessos, revelar desigualdades territoriais e raciais, incidir e disputar prioridades governamentais. Ele constitui, portanto, uma estratégia concreta de prevenção da violência.

Essas avaliações convergem com uma interpretação compartilhada por diversas ativistas e pesquisadoras feministas: o Estado brasileiro avançou na construção de mecanismos de proteção e responsabilização, mas investiu menos na transformação das condições sociais que produzem a violência.

Mas e na sociedade, os coletivos de mulheres e feministas, suas mobilizações e movimentos, como têm lidado com o problema?

As mulheres radicadas e organizadas em seus territórios estão onde tantas vezes o Estado não está, nunca chegou, ou aparece eventual e raramente para protegê-las das violências. Os coletivos de mulheres nas periferias urbanas e rurais, nos quilombos, nos territórios indígenas em retomada, nas ocupações pela reforma agrária e pelo direito à moradia popular, em áreas conflagradas são, ainda assim, os portos seguros aos quais as mulheres em situação de violência recorrem antes de mais nada. Nesses espaços comunitários que as mulheres mantêm, problemas emergentes são identificados bem antes de serem denunciados num balcão dos serviços públicos: o feminicídio; a violência política de gênero; a violência digital; o racismo algorítmico.

Se os últimos vinte anos mostram a importância do Estado na proteção das mulheres, mostram também algo igualmente relevante:

As organizações feministas e de mulheres foram as principais responsáveis por manter viva a dimensão preventiva prevista no artigo 8º da Lei Maria da Penha, atuando em autocuidado e cuidado coletivo entre as mulheres, na educação cidadã e formação política, na mobilização social, no acolhimento, na produção de conhecimento, no controle social das políticas públicas e na denúncia das desigualdades de gênero, raça, classe e território.

Em muitos aspectos, os coletivos feministas e de mulheres funcionam como uma ponte entre a experiência concreta das mulheres e as políticas públicas e seus serviços onde existem. Sem as organizações de mulheres e feministas, a Lei Maria da Penha não existiria e nem teria alcançado a capilaridade e a legitimidade social que possui hoje.

Pesquisadoras como Wânia Pasinato e organizações como CFEMEA e INESC convergem em um ponto: o Brasil construiu um arcabouço institucional avançado, mas não conseguiu garantir implementação uniforme em nível nacional. A implementação das políticas de enfrentamento à violência contra as mulheres permaneceu bastante desigual no território brasileiro.

Em consequência, há poucos estados com redes relativamente densas de proteção; quase todos com forte carência de equipamentos especializados; há grandes diferenças entre capitais e interior; e mulheres negras, indígenas, rurais e residentes em regiões remotas costumam enfrentar enormes barreiras de acesso aos serviços.

O desafio contemporâneo: violência digital contra mulheres e meninas

Fato é que o cenário das violências contra as mulheres e meninas (cis e trans) transformou-se significativamente na última década.

Os crimes digitais tornaram-se uma das principais fronteiras da violência. O Fórum Brasileiro de Segurança Pública tem registrado crescimento expressivo dos crimes praticados em ambientes digitais.

Em 2025, foram registrados: 123.871 casos de perseguição (stalking); 60.830 ocorrências de violência psicológica contra mulheres; centenas de milhares de registros de ameaças.

Essas violências incluem: perseguição em redes sociais; monitoramento digital; divulgação não autorizada de imagens íntimas; chantagem sexual; violência política online; misoginia digital; cyberbullying e assédio.

A estudiosa e cyberativista feminista Joana Varon argumenta que não existe mais uma fronteira clara entre violência online e offline. A violência digital produz impactos concretos sobre a saúde mental, a segurança, a participação política e o exercício da cidadania das mulheres.

As mulheres negras ativistas, jornalistas e defensoras de direitos humanos estão entre os grupos mais frequentemente atingidos por ataques que combinam misoginia, racismo e violência política.

Dessensibilização e normalização da violência: desafios que o feminismo antirracista encara

Um dos fenômenos mais preocupantes da atualidade é a crescente dessensibilização social diante da violência, que se sobrepõe e potencializa às relações de dominação/subordinação (patriarcais, racistas, etnocêntricas, cis-heteronormativas) que historicamente inferiorizam, desumanizam e autorizam a violência contra as mulheres.

Vladimir Safatle argumenta que sociedades marcadas por estruturas autoritárias podem desenvolver a capacidade de transformar a violência em paisagem cotidiana. Quando situações extremas deixam de produzir indignação proporcional, ocorre um processo de naturalização da violência.

Frente ao terror, impotente diante das próprias tragédias, uma parte considerável das mulheres busca escapar ao insustentável para sobreviver. Porque quando a violência é contínua e crescente, sentir plenamente cada episódio torna-se humanamente insuportável.

A repetição permanente de violências produz traumas individuais e coletivos, congelamentos, anestesiamentos, dissociações, hiperativações, psicopatias. Nessas condições, tantas vezes agravadas por confinamentos e privações que lhes são impostos, fica mais difícil para as mulheres tanto reconhecer o sofrimento alheio, quanto encontrar saída além da resignação às próprias dores. A naturalização dos feminicídios, a tolerância à violência policial; a indiferença diante do racismo; a banalização da fome; a normalização do abuso sexual de crianças e adolescentes, a leitura desumanizada das estatísticas de violências são processos de dessensibilização social, parte deles mecanismos de proteção psíquica, que desgraçadamente são terra ainda mais fértil para o fascismo e suas violências crescerem e se alastrarem.

Quando mulheres negras continuam sendo as principais vítimas da violência letal sem que isso produza uma mobilização proporcional do Estado e da sociedade, estamos diante de um processo de dessensibilização. Quando ameaças, perseguições e violência digital são tratadas como parte inevitável da vida, estamos diante de um processo de dessensibilização. Quando a sociedade mira tudo isso impotente, como se fosse parte da paisagem, como se só deus pudesse nos salvar de tamanho caos, é porque os poderosos discursos fundamentalistas religiosos e antigênero têm operado insistentemente para tal dessensibilização - da qual faz parte a desumanização simbólica das feministas, retratadas como ameaças à família; dos movimentos de mulheres, como inimigos da ordem moral; das pessoas LGBTQIA+ como riscos para a sociedade. **Tudo para destituir as mulheres da nossa condição de sujeito de direitos, e nos deslegitimar no debate público.**

A dessensibilização não é, portanto, apenas psicológica. Ela é produzida politicamente. E um dos seus males mais evidentes nesse momento, há poucos dias do primeiro turno das eleições, é um tipo de burnout cívico que, assim como a dessensibilização social, decorre da impossibilidade de, individualmente, a pessoa processar uma quantidade excessiva de péssimas notícias, que despencam sobre ela de todos os lados. A tempestade de más notícias provocada pelas redes sociais e mídias sobre o eleitorado rega o plantio dos fascistas.

Quando a cidadania enfrenta tamanha tormenta desprotegida, na certeza do não pertencimento, de não ser parte de uma coletividade, a impotência e a solidão perante tamanhos problemas estruturais as abate, o colapso cívico é inevitável.

Enfrentando essa catástrofe democrática, em condições absolutamente desiguais, muitos coletivos, comunas, organizações feministas, de mulheres negras e indígenas, de mães e familiares vítimas da violência do Estado têm atuado desenvolvendo estratégias micro e macropolíticas. Certas de que a individualidade desprovida de vínculos não suporta processar tanta violência, porque é uma carga desumana. E convictas do quão imprescindível e urgente é superar a anestesia moral que tal sobrecarga produziu, temos trabalhado para recuperar, reinventar com as mulheres a capacidade compartilhada de cuidar e agir sobre o mundo.

Os métodos adotados pela CFEMEA e vários coletivos e organizações de mulheres feministas e antirracistas têm lidado com esse desafio, territorializando o autocuidado e o cuidado coletivo, apoiando processos organizativos autogestionários para dar conta das lutas por direitos e sustentar a vida. Ou seja, além de colocar em xeque a supremacia racista e patriarcal, temos atuado também no nível micropolítico, oferecendo espaços para processos de autotransformação que abram caminhos para a transformação ecossocial que almejamos e vice-versa.

Uma política de prevenção da violência contra as mulheres, desde a nossa perspectiva feminista e antirracista, necessariamente tem que romper com a dessensibilização social instalada nas comunidades as quais as mulheres pertencem. Em seus corpos-territórios é possível acessar formas de reconexão com a experiência coletiva de luta; com cuidado coletivo e autocuidado restaurar a capacidade de sentir, de escutar e acolher; reconstruir os vínculos que sustentam a vida; e tecer redes de proteção coletiva.

Isso implica tornar visível e acolher o sofrimento invisibilizado; combater narrativas que justificam desigualdades; defender a laicidade do Estado; fortalecer a participação política das mulheres; apoiar organizações feministas, negras e indígenas; enfrentar a misoginia digital; reconstruir capacidades coletivas de indignação.

A CFEMEA, SOS Corpo, Criola, Geledés, REDEH, Coletivo Hellen Keller, a Themis, a União de Mulheres, redes e movimentos como o Consórcio Lei Maria da Penha, a Articulação de Organizações de Mulheres Negras Brasileiras (AMNB), Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB), a Articulação Nacional de Mulheres Indígenas Guerreiras da Ancestralidade (ANMIGA),a Articulação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), a Marcha Mundial de Mulheres, a Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas (FENATRAD), o Levante Feminista contra o Feminicídio entre tantas outras, além de inúmeras organizações em vários territórios atuam como produtoras de conhecimento, monitoradoras das políticas públicas e promotoras de processos comunitários de prevenção.

Quarenta e cinco anos depois do primeiro SOS Mulher e vinte anos depois da conquista da Lei Maria da Penha, o desafio que está diante de nós é compreender que prevenir a violência contra mulheres e meninas é muito mais do que impedir que nova agressão aconteça a partir da medida protetiva: é disputar as condições em que a vida pode existir com liberdade, dignidade, pertencimento, fortalecimento dos territórios e das organizações sociais que estão no dia a dia desses territórios.

Isso exige Estado presente, orçamento público, políticas universais e territorializadas, educação para a igualdade, responsabilização dos agressores e enfrentamento às novas formas de violência; mas exige também reconhecer, respeitar a autonomia política, proteger e financiar de maneira continuada as organizações, movimentos e coletivos de mulheres que sustentam redes de cuidado e proteção, produzem conhecimento e mantêm vivos os vínculos comunitários onde a democracia pode criar raízes.

Diante da misoginia, do racismo, do fundamentalismo, da violência digital e da dessensibilização que transforma a barbárie em paisagem, prevenir é também reconstruir nossa capacidade coletiva de sentir, de nos indignar e de agir coletivamente. É retirar cada mulher da solidão diante de problemas que são estruturais e construir com a sociedade a as possibilidades por transformá-los.

Nenhuma democracia pode ser considerada plena enquanto mulheres precisarem organizar suas vidas em torno do medo; e nenhuma política de enfrentamento à violência será suficiente se não ousarmos transformar as relações de poder que continuam produzindo essa violência.

É nos territórios, nas redes, nos movimentos e na ação coletiva que seguimos aprendendo uma lição antiga das lutas feministas: quando uma mulher encontra outras mulheres, reconhece sua experiência como parte de uma história comum e descobre que não precisa enfrentar sozinha aquilo que parecia um destino individual, a violência começa a perder uma de suas maiores forças - o isolamento.

Nessa perspectiva, prevenir a violência também significa fortalecer a cidadania ativa das mulheres e sua capacidade de participar da definição das prioridades públicas. É também reconstruir comunidade, sustentar a vida e radicalizar a democracia.

4. A festa da democracia foi vilipendiada

Para quem acredita em coincidências, justamente hoje, 15 de setembro, Dia Internacional da Democracia, o Supremo Tribunal Federal realiza a mais importante das sessões, o pleno reúne-se extraordinariamente e de forma inédita para decidir sobre a possibilidade de investigação criminal de um de seus próprios ministros.

A sessão do STF foi convocada para analisar um relatório da Polícia Federal (PF) sobre mensagens entre o ministro Alexandre de Moraes e o ex-banqueiro Daniel Vorcaro. O plenário discutiu se a investigação contra Moraes devia prosseguir ou ser anulada, conforme pedido da Procuradoria-Geral da República (PGR), e avaliava a validade do relatório da PF. Acontece que Alexandre de Moraes apontou contra André Mendonça possíveis atos de improbidade administrativa, abuso de autoridade e crime de responsabilidade na condução do caso Master. Se parasse por aqui já era muita coisa para se explicar e necessitava de um artigo minucioso para fazer o acompanhamento dos fatos de forma desenhada.

No centro da crise estão informações obtidas pela PF nas investigações do caso Banco Master e as relações mantidas pelo ex-banqueiro Daniel Vorcaro com integrantes ou pessoas próximas às mais altas esferas de poder da República. Era para o plenário analisar os elementos relacionados ao ministro Alexandre de Moraes mas, ao mesmo tempo, o próprio STF está atravessado por questionamentos sobre a condução das investigações pelo ministro André Mendonça. Dias Toffoli e Kassio Nunes Marques declararam-se impedidos de participar do julgamento. Alexandre de Moraes nega irregularidades e questiona a legalidade da investigação conduzida por Mendonça; Mendonça, por sua vez, rejeita as acusações contra sua atuação. A sessão desta terça-feira foi marcada por confrontos entre ministros e acabou suspensa após pedido de vista de Flávio Dino.

Se parasse por aqui, já haveria muita coisa a explicar. Mas não para!

Diante da avalanche de farpas e acusações entre os poderes, as sérias denúncias que pesam contra os ministros do STF, André Mendonça, Dias Toffoli e Alexandre de Moraes, e a incapacidade de respostas institucionais, só reforçam a luta que compomos junto à Plataforma dos Movimentos Sociais por Outro Sistema Político, que inclui de forma associada e inseparável a democratização do sistema de Justiça.

O Democracy Report 2026, do V-Dem Institute, coloca o Brasil entre as experiências recentes de reversão de processos de autocratização. Resistimos à ruptura, mas isso não significa que tenhamos construído uma democracia suficientemente profunda para impedir novas erosões.

O atual cenário exige a adoção de medidas administrativas e judiciais que possam preservar a independência, integridade e imparcialidade da Corte Constitucional do Brasil. Todas as denúncias que pesam sobre os Ministros do STF precisam ser investigadas de forma transparente e democrática, respeitando o devido processo legal. Isso é o óbvio ululante. Mas as denúncias, suspeitas, vazamentos, conflitos de interesse e acusações cruzadas que emergiram nas últimas semanas revelam um problema que ultrapassa as pessoas envolvidas: é preciso conseguir separar o que são as possíveis práticas corruptas e desleais das pessoas que compõem as instituições da própria legitimidade e indispensável estrutura de poderes que asseguram a frágil democracia que temos ainda hoje.

O caso Master tornou visível uma zona de proximidade entre poder financeiro/econômico, político e jurídico que precisa ser investigada sem pré-julgamentos e sem seletividade. A Operação Compliance Zero apura um esquema bilionário de fraudes financeiras envolvendo o Banco Master, fundos de investimento e carteiras de crédito. Relatório da Polícia Federal aponta que o BRB transferiu, durante o governo de Celina Leão e Ibaneis Rocha, no Distrito Federal, aproximadamente R$ 17 bilhões ao Master por meio da compra de carteiras, das quais R$ 12,2 bilhões seriam compostas por créditos falsos. As responsabilidades individuais continuam submetidas às investigações e ao devido processo legal.

É exatamente diante de uma situação dessa magnitude que precisamos recusar duas respostas igualmente perigosas. A primeira é o corporativismo: proteger instituições confundindo sua defesa com a proteção das pessoas que momentaneamente as ocupam. A segunda é o oportunismo autoritário: transformar suspeitas contra agentes públicos em argumento para destruir as próprias instituições democráticas.

Estamos mais uma vez, enquanto povo que quer exercer sua cidadania, precisando defender as instituições e a própria democracia, como foi preciso fazer diante dos atos violentos em 8 de Janeiro de 2023.

Em janeiro de 2023, foi necessário defender fisicamente as instituições diante de uma tentativa de ruptura democrática a partir do ódio, da violência física e da brutalidade. Os principais crimes imputados e julgados, nas ações penais referentes aos executores diretos e vândalos, a Procuradoria-Geral da República (PGR) e o STF configuraram os atos como autoria coletiva e conjunta, resultando em condenações com base em cinco crimes principais: Abolição violenta do Estado Democrático de Direito; Dano qualificado; Deterioração de patrimônio tombado; Associação criminosa armada e Golpe de Estado.

Hoje, a situação é diferente, mas igualmente exige atenção. Desta vez, a fragilidade da democracia brasileira não se evidencia apenas pela promiscuidade dos que buscam pela força jogar o País no abismo do passado. Existe também as camadas esgarçadas por este escalonamento da crise institucional do STF, a descrédito público nas instituições, o jogo político que a extrema direita faz com isso para criar uma ruptura institucional e facilitar a derrubada da democracia. Soma-se a isso a intolerância crescente ao que é diferente, os discursos de ódio, os atos violentos, e a banalização da violência que se aprofunda nas relações cotidianas desta sociedade que é uma das mais desiguais do planeta, sobretudo para as mulheres.

Não será suficiente uma revisão dos protocolos e normas processuais pelo STF, é preciso uma reforma estrutural que inclua a transparência e a democratização do poder judiciário como parte da expansão e radicalização democrática. Instituições democráticas precisam ser suficientemente fortes, alicerçadas na cidadania ativa, para investigar inclusive aqueles que as dirigem. Defender o STF não pode significar interditar a crítica ao STF

É nesse ponto que uma festa aparentemente distante do debate constitucional ajuda a enxergar aquilo que os processos judiciais, com sua linguagem técnica, muitas vezes escondem.



A FESTA DAS “SUÍÇAS” DE VORCARO

Reportagem da revista piauí, baseada em mensagens constantes de material da investigação policial, descreveu uma festa de Halloween organizada por Daniel Vorcaro em 2023. Segundo a reportagem, Vorcaro utilizava festas também como forma de estreitar relações e agradar pessoas consideradas estratégicas para seus interesses. Naquela noite, foram convidados cerca de 20 homens e 120 mulheres. Parte das mulheres era estrangeira. Escolhidas a dedo numa concepção de beleza vendável. Celulares foram proibidos na portaria. As mensagens reveladas pela reportagem tratavam da composição da lista masculina e feminina e mencionavam políticos e integrantes do entorno das altas instituições da República; a presença de várias das autoridades cogitadas nos diálogos é negada ou não foi comprovada.

Não precisamos saber o que aconteceu sexualmente naquela noite e não é esse o ponto. Adultos têm direito ao desejo, ao prazer, às festas e às relações sexuais livremente consentidas. Contudo, liberdade sexual é justamente o contrário do que aquela organização social simboliza. Vinte homens escolhidos por sua posição, influência, dinheiro ou capacidade de abrir portas e cofres públicos. Cento e vinte mulheres selecionadas prioritariamente por juventude, ditadura da beleza, branquitude suiça, magreza e disponbilidade para compor aquele ambiente. Uma maquete do poder racista e patriarcal.

De um lado, homens reconhecidos pelo que possuem, decidem, representam ou podem proporcionar uns aos outros. Do outro, mulheres convocadas pelo que seus corpos poderiam oferecer à ambientação daquele espaço. O poder transformado em clube privado, exatamente o que a crise atual escancara: um modelo de poder excessivamente patriarcal, masculinista, exploratório, personalista, hipócrita, falso-moralista, privado e financeirizado.

Quando instituições são atravessadas por relações pessoais ocorre a perda da impessoalidade e a subversão das regras formais em favor de interesses particulares ou afetivos; bem como quando grandes interesses econômicos conseguem circular entre autoridades, escritórios, empresários e agentes políticos; quando a distância entre o público e o privado se torna porosa; quando acesso depende mais de relações clientelistas do que de mecanismos transparentes de participação, criamos as condições para que o poder deixe de funcionar como responsabilidade pública e passe a operar dentro da lógica patrimonialista, como capital relacional, social e econômico.

Não é preciso afirmar que toda relação entre empresários e autoridades seja criminosa. Evidentemente não é. Um dos problemas democráticos aparece quando o dinheiro compra aquilo que a imensa maioria da população jamais conseguirá comprar: o acesso ao poder. Proximidade gera acesso. Acesso produz influência. Influência pode produzir oportunidades escusas. Intimidade usada de forma corrupta gera a corrói o caráter democrático que tem de prevalecer no Poder Público. E oportunidades distribuídas privadamente podem sequestrar decisões que deveriam pertencer à esfera pública. Tudo isso é um retrato da violência à democracia.

É também assim que a financeirização corrói a democracia. O dinheiro não precisa aparecer somente como propina dentro de um envelope. Pode funcionar como capacidade de construir redes, contratar pessoas influentes, circular por ambientes inacessíveis, financiar luxos, aproximar interesses e transformar relações sociais em ativos.

A corrupção da democracia começa antes da eventual configuração jurídica do crime de corrupção. Começa quando naturalizamos que algumas pessoas possam acumular tamanha capacidade econômica e poder político que passam a circular pelo Estado quase como se percorressem os corredores da própria casa num modelo capitalista de vida, tudo privado.

Por isso, democratizar a política sem democratizar a economia e o sistema de Justiça é insuficiente.

Por isso, democratizar a política sem democratizar a economia e o sistema de Justiça é insuficiente.

A democracia também tem sido tratada como aquelas mulheres

Há uma imagem incômoda nessa história que, para nós feministas, não pode passar despercebida. A democracia brasileira, substantivo feminino, tem sido submetida a violências que conhecemos bem. É cortejada e desrespeitada publica e privadamente. É invocada nos discursos e subornada nos bastidores. É controlada pelo poder econômico.

Eles querem uma democracia decorativa: bonita na fotografia institucional, obediente aos interesses dominantes e incapaz de interferir na distribuição real do poder. Não é coincidência que essa lógica patriarcal de poder conviva tão confortavelmente com o moralismo.

Alguns dos mesmos campos políticos que se apresentam publicamente como guardiões da família, da moral sexual e dos “bons costumes” sustentam estruturas profundamente patriarcais de poder, nas quais os corpos e a autonomia das mulheres continuam sendo objetos de controle e desigualdade.

E aqui a imagem daquela festa se torna ainda mais perturbadora.

A lendária Madame Satã que nos perdoe pela ironia histórica: transformar essa pessoa/símbolo de resistência e marcada pela memória da transgressão cultural numa vitrine de masculinismo oligárquico... parece quase uma alegoria involuntária do Brasil. O problema está na hipocrisia do poder que moraliza o desejo dos outros enquanto reivindica para si todas as liberdades. Naturaliza a pobreza dos outros e quer pra si todas as possibilidades de esbanjar privilégios.

A publicação da CFEMEA O papel dos setores fundamentalistas cristãos para a corrosão da democracia brasileira demonstra como determinadas forças ultraconservadoras transformaram a moral religiosa em instrumento de poder político. Direitos das mulheres e da população LGBTQIAPN+ são apresentados como ameaças à família e à ordem; a diferença deixa de ser parte legítima da democracia e passa a ser tratada como inimiga moral.

Nessa publicação, a CFEMEA identifica, entre essas estratégias, o pânico moral produzido em torno da chamada “ideologia de gênero”, a oposição aos direitos sexuais e reprodutivos e à diversidade sexual e a utilização da “família tradicional” como porta de entrada de um projeto político-econômico muito mais amplo de preservação da ordem patriarcal. O livro mostra exatamente que a corrosão democrática também acontece quando uma verdade religiosa particular pretende substituir o pluralismo, o dissenso e a cidadania. Quando essa lógica penetra no Estado, direitos deixam de ser universais e passam a depender da moral daqueles que circunstancialmente controlam o poder.

Fundamentalismo, neoliberalismo, racismo, misoginia e autoritarismo podem se encontrar justamente porque todos dependem, em diferentes medidas, da concentração do poder. Não estamos dizendo que todas as pessoas envolvidas no caso Master pertencem ao mesmo campo político ou religioso. Seria simplista. Estamos apontando uma contradição estrutural muito maior: uma sociedade capaz de vigiar ferozmente os corpos das mulheres pode ser extraordinariamente permissiva diante da concentração masculinista de dinheiro, influência, desejo e poder.



O autoritarismo também se alimenta da nossa descrença

O golpe contemporâneo não precisa necessariamente aparecer na forma de tanques nas ruas, fechamento do Congresso ou invasão física do Supremo. A erosão democrática pode avançar também pela sucessão de crises, suspeitas, vazamentos seletivos, conflitos institucionais e campanhas de desinformação que colocam partes do Estado contra outras partes do próprio Estado e destroem progressivamente a confiança social.

A extrema direita não precisa criar todas essas crises. Basta saber explorá-las. Erros reais, contradições institucionais e informações ainda não submetidas ao devido processo podem ser misturados até produzirem uma conclusão simples: todo o sistema está corrompido, logo nenhuma instituição merece ser defendida.

Importante percebermos que uma das armas da extrema direita não é convencer toda a sociedade de seu projeto, mas passa por convencer uma parcela suficiente da sociedade de que a democracia, suas instituições e a própria política já não valem a pena ser defendidas. Isso, diante de termos uma democracia ainda insuficiente, incompleta e superficial, onde não conseguimos exercer o poder, onde o poder está encastelado e que torna essa democracia frágil, é prato cheio para a descredibilidade das instituições e, assim, da própria democracia.

Por isso, não podemos permitir que a extrema direita detenha, pelo imaginário popular, um monopólio da crítica às instituições. A alternativa ao autoritarismo do sistema de Justiça não pode ser menos democracia. Precisa ser mais democracia dentro do sistema de Justiça. O que precisamos é de soberania popular, mecanismos de participação e controle social sobre o Judiciário, que é justamente um dos poderes mais impermeáveis à participação popular.

A crise atual demonstra a urgência dessa agenda

Precisamos discutir regras de impedimento e suspeição, conflitos de interesse, transparência, mecanismos de controle democrático, relações entre magistrados e agentes econômicos, participação social e os enormes poderes individuais concentrados nas mãos de integrantes das cortes superiores. Defender a independência judicial não significa defender ausência de controle e vigilância. Independência perante os demais poderes não pode significar independência perante a Constituição.



A democracia que ainda precisamos construir

A democracia brasileira permanece insuficiente, incompleta e superficial porque o poder continua excessivamente encastelado, concentrado, altamente elitizado. Para nós, democracia não pode significar apenas votar periodicamente e esperar que aqueles que alcançaram as instituições decidam por todas as outras pessoas. Democracia é a possibilidade concreta de participar das decisões sobre a vida coletiva e o bem comum. É também ter autonomia sobre nosso próprio tempo e nossas próprias vidas. É poder decidir sobre nossos corpos, viver nossa sexualidade sem coerção, acessar políticas públicas, trabalho e renda, autocuidado e cuidado coletivo, educação, saúde, moradia, terra, água e território. É poder organizar movimentos sociais, defender direitos, protestar, disputar eleições e exercer mandatos sem violência.

Sonhamos e lutamos por uma sociedade em que as mulheres sejam reconhecidas como sujeitos em sua integralidade, com seus direitos humanos garantidos e sua autonomia afirmada. Uma sociedade organizada por liberdade, justiça, reparação, solidariedade, cuidado e bem viver; livre da exploração dos nossos corpos, do nosso trabalho e dos bens comuns; livre das opressões patriarcais, racistas, cis-heteronormativas, capacitistas e capitalistas.

Para nós, portanto, a democracia precisa ser feminista, antirracista, laica e comprometida com a redução das desigualdades e o fim dos sistemas de dominação.

Neste 15 de setembro, talvez celebrar a democracia exija algo mais difícil do que defendê-la abstratamente. Exige investigar aqueles que eventualmente tenham utilizado posições públicas de maneira incompatível com suas responsabilidades, sejam eles quem forem. Exige garantir devido processo inclusive àqueles de quem discordamos. Exige impedir que o poder econômico transforme instituições públicas em redes privadas de acesso. Exige democratizar o sistema de Justiça. Exige impedir que fundamentalismos convertam crenças particulares em direitos de controlar a vida das outras pessoas. E exige recusar a ideia de que os escândalos atuais demonstram o fracasso da democracia. Demonstram, antes, o quanto ainda precisamos democratizá-la.

A partir daí, a pergunta mais importante diante de tudo o que estamos vendo não seja apenas quem entrou naquela festa, quem conversou com quem ou quem tinha o telefone de quem.

A pergunta democrática é outra: por que tão poucas pessoas continuam tendo acesso a tanto poder e por que tanta gente continua tendo tão pouco poder sobre a própria vida e as decisões que deveriam ser públicas e de construção de bem comum?

Enquanto essa resposta permanecer vazia, praticamente intacta,
nossa democracia continua a ser privatizada, financeirizada,
usurpada e violentada,

como tem sido as mulheres.

5. Trinta anos depois das cotas, querem que as mulheres continuem batendo à porta do poder

Em 1995, o Brasil garantiu pela primeira vez uma política de cotas de gênero nas candidaturas eleitorais. Aplicada inicialmente às eleições municipais de 1996, aquela mudança inaugurou uma trajetória que posteriormente consolidaria a exigência mínima de 30% de candidaturas de cada sexo nas eleições proporcionais.

Trinta anos depois daquela primeira experiência, a pergunta necessária não é se as cotas foram importantes. Elas foram essenciais. A pergunta é por que, três décadas depois, mulheres continuam sendo maioria do eleitorado, aproximadamente metade da população e apenas uma pequena minoria nos espaços legislativos.

Em janeiro de 2026, as mulheres correspondiam a quase 53% do eleitorado brasileiro, com mais de 82,5 milhões de eleitoras de acordo com o Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Entretanto, de acordo com o levantamento do Centro Feminista de Estudos e Assessoria (CFEMEA), as mulheres não chegaram a 20% das pessoas eleitas no exercício de mandato de 2022 à 2026. O próprio nome "Câmara dos DeputadOs" já constitui uma invisibilização das mulheres DeputadAs, e a baixa representação comprova: as mulheres ocupam aproximadamente 18% das cadeiras.

Os números das próprias eleições de 2026 mostram a lentidão dessa transformação. Entre as 20.560 candidaturas consideradas pelo TSE para o cálculo da distribuição dos fundos eleitorais neste ano, apenas 7.165 são de mulheres: 34,85%. Ou seja, três décadas depois da introdução das cotas, continuamos pouco acima do mínimo legal.

E tem mais. Esse sistema político e essa lei de cotas ainda engessa a participação de parte significativa das mulheres brasileiras na medida em que abre brechas para subterfúgios que não asseguram a eleição de mulheres compromissadas com as lutas por emancipação, por direitos, por justiça de gênero, racial, étnica. A disputa entre as candidaturas de mulheres é marcada por profundas desigualdades. Quem não é rica, por exemplo, muitas vezes não tem tempo para construir sua candidatura, porque não pode pagar por serviços que aliviem a sobrecarga do trabalho doméstico e de cuidado. Da mesma forma, mulheres que não são privilegiadas pelo racismo patriarcal e que estão nas lutas pelos direitos humanos e pelo bem viver seguem sendo excluídas por diferentes artifícios, omissões e anistias.

bell hooks nos provoca a distinguir "poder" de "dominação". Sua crítica permanece fundamental porque nos lembra que mulheres não carregam, simplesmente por serem mulheres, um projeto político naturalmente emancipatório. Também fomos socializadas numa sociedade patriarcal, racista e desigual e podemos reproduzir seus valores.



Isso demonstra alguns dos limites de uma política baseada exclusivamente em garantir lugares nas listas de candidaturas sem transformar suficientemente as estruturas partidárias que definem quem recebe dinheiro, apoio político, tempo, visibilidade, estrutura profissional e prioridade eleitoral. E ainda mais, sem questionar o próprio conceito de poder e seus instrumentos.

O sistema político, a forma que ele está organizado, não tem servido para superar as desigualdades e exclusões que as mulheres vivem, mas sim para reproduzir essas desigualdades. A nossa conquista da lei de cotas de candidaturas (do movimento feminista, do movimento negro, do movimento social) é insuficiente. Precisamos de cotas de ocupação de cadeiras, que representará vagas garantidas para as mulheres.

Candidatura não significa competitividade

O feminismo brasileiro lutou para que as mulheres pudessem entrar na disputa eleitoral. Depois, precisou lutar para que as vagas reservadas fossem efetivamente preenchidas. Em seguida, foi necessário disputar financiamento e tempo de propaganda. Cada conquista revelou uma nova camada da desigualdade.

Hoje, a legislação e a jurisprudência determinam destinação de recursos públicos para candidaturas de mulheres. Para 2026, o TSE reafirmou que os recursos destinados às cotas de mulheres, pessoas negras e indígenas devem ser efetivamente aplicados em benefício dessas candidaturas e considera grave o desvio desses recursos. Mas dinheiro formalmente destinado a mulheres não significa necessariamente construção de candidaturas femininas competitivas e comprometidas com a conquista dos direitos das mulheres.

Uma das questões que os movimentos feministas precisam acompanhar é como esses recursos circulam dentro das campanhas e das chamadas dobradinhas eleitorais. Quando recursos vinculados à candidatura de uma mulher terminam financiando despesas compartilhadas ou estratégias que fortalecem prioritariamente candidaturas masculinas, não precisamos perguntar quem está sendo politicamente beneficiado, a resposta já está dada.

Não basta cumprir contabilmente a legislação. O princípio da política afirmativa precisa chegar ao resultado político: ampliar concretamente as condições para mulheres disputarem e conquistarem poder, direitos, superação de privilégios e barreiras de gênero, raça e classe.

As candidaturas fictícias revelaram a resistência dos partidos

Esse fenômeno expõe de maneira tão explícita a resistência das estruturas partidárias às cotas quanto às chamadas candidaturas laranjas. Durante anos, mulheres foram registradas como candidatas apenas para que partidos atingissem formalmente o percentual mínimo exigido e pudessem apresentar suas chapas.

A Justiça Eleitoral avançou no enfrentamento desse mecanismo. A Súmula 73 do TSE consolidou critérios para caracterizar fraude à cota de gênero, entre eles votação zerada ou inexpressiva, prestação de contas sem movimentação relevante e ausência de atos efetivos de campanha. O reconhecimento da fraude pode provocar cassação da chapa, inelegibilidade das pessoas responsáveis e nulidade dos votos obtidos pelo partido.

Não estamos falando de situações excepcionais. Somente em 2023, o TSE confirmou fraudes ao julgar 61 recursos. Em uma única sessão virtual de 2024, foram reconhecidas fraudes envolvendo candidaturas femininas em 14 municípios de seis estados brasileiros. A existência dessas fraudes revela algo maior: durante décadas, algumas estruturas partidárias trataram a participação das mulheres como obrigação burocrática a ser contornada, e não como condição da democracia.

E quando conseguimos chegar, tentam nos expulsar

Há ainda outra barreira. Depois de enfrentar a seleção partidária, construir financiamento, organizar campanha, disputar votos e finalmente ocupar um espaço de poder, muitas mulheres encontram como obstáculo a violência política. Ataques à aparência, sexualidade, maternidade, família, raça, identidade de gênero e vida privada são utilizados como instrumentos para deslegitimar mulheres politicamente.

Mulheres negras e indígenas enfrentam simultaneamente misoginia e racismo. Mulheres lésbicas e bissexuais enfrentam LGBT+fobia. Mulheres trans são atacadas na própria legitimidade de sua existência.

A violência política não termina na pessoa atacada. Sua função é doutrinar de forma autoritária: comunicando às outras mulheres que aquele espaço não lhes pertence. Combater violência política de gênero e raça precisa fazer parte das políticas de promoção da participação política das mulheres. Não adianta abrir a porta eleitoral e permitir que a violência expulse quem conseguiu atravessá-la.

Queremos mais mulheres na política, mas queremos também transformar a política

A presença de mulheres importa. Uma democracia na qual mais da metade da população ocupa menos de um quinto do Parlamento possui um déficit evidente de representação. Mas o projeto feminista antirracista não é simplesmente substituir homens por mulheres mantendo intactas as estruturas de poder. Queremos mais mulheres comprometidas com os direitos das mulheres.

Para nós, representação política não significa colocar algumas mulheres no topo da mesma pirâmide. Significa questionar por que existe uma pirâmide tão estreita, quem permanece na sua base e quais mecanismos mantêm poder, riqueza e capacidade de decisão concentrados. Queremos mulheres no poder porque queremos transformar as relações de poder.

Queremos mais mulheres no poder que estejam comprometidas com democracia, justiça racial e ecosocial, Estado laico, direitos sexuais e reprodutivos, enfrentamento às violências, direitos trabalhistas, autonomia e autodeterminação de nosso tempo, políticas de cuidado, direitos LGBTQIAPN+, proteção ambiental e regeneração da vida, redução das desigualdades e a construção do Bem Viver.
Ser mulher não produz automaticamente compromisso feminista. As mulheres são diversas e disputam projetos políticos distintos, inclusive projetos que restringem direitos de outras mulheres. Por isso, quando dizemos que queremos nos ver no poder, precisamos completar a frase: queremos nos ver construindo outro poder. Um poder democrático, feminista e antirracista; que se mede também pela capacidade de ampliar direitos, redistribuir recursos, democratizar decisões e fazer com que mais pessoas também tenham poder sobre suas próprias vidas.

É por isso também que nossa luta não pode ser simplesmente por mais mulheres eleitas. Queremos mais mulheres feministas, negras, indígenas, do campo, das florestas, das águas, mulheres trabalhadoras, periféricas, jovens, lésbicas, bissexuais, trans, mulheres com deficiência, todas essas mulheres comprometidas com a democracia e com os direitos humanos. Queremos ocupar as instituições, mas não para reproduzir a mesma política que encontramos nelas. Queremos disputar orçamento, prioridades, políticas públicas e leis, mas também as próprias formas de decidir. Queremos um poder capaz de compartilhar poder.

Por isso, três décadas depois das primeiras cotas, precisamos avançar no debate sobre inclusão para o debate sobre redistribuição real do poder. Precisamos discutir reserva de cadeiras e paridade. Precisamos democratizar os partidos. Garantir financiamento efetivamente competitivo. Enfrentar o racismo que torna a sub-representação das mulheres negras ainda mais profunda. Precisamos combater fraudes. Enfrentar a violência política de gênero e raça. Apoiar a formação de novas lideranças e criar condições para que candidaturas jovens, negras, indígenas, periféricas, feministas e LGBTQIAPN+ não apareçam apenas durante uma eleição e sejam abandonadas no dia seguinte à apuração, mesmo quando mostram capilaridade e crescimento potencial.

Renovação política não se constrói a cada quatro anos. É processo. Exige investimento, formação, redes, visibilidade, recursos e compromisso partidário de longo prazo. As cotas abriram uma brecha histórica. Foram e continuam sendo necessárias. Porém, trinta anos de experiência mostram que colocar mulheres nas listas não basta quando os grupos – e o próprio sistema – que escolhem quem terá condições reais de vencer continuam profundamente masculinos, heterocisnormativo, brancos e desiguais.

Queremos nos ver no poder. E queremos transformar o próprio poder para que, daqui a outros trinta anos, a democracia brasileira não continue perguntando por que as mulheres ainda não chegaram. Queremos construir uma democracia em que não seja mais esperado pedir licença para entrar.

6. Democracia é substantivo feminino: votar, participar e disputar o poder

Não há democracia sem mulheres, sem direitos e sem liberdade

Neste domingo, 4 de outubro, milhões de brasileiras e brasileiros irão às urnas escolher representantes para a Presidência da República, Governos Estaduais e do Distrito Federal, Senado, Câmara Federal e Assembleias Legislativas. Mas, na véspera de uma eleição decisiva para o país, queremos propor uma reflexão que começa no voto, mas não termina nele.

Democracia é substantivo feminino.

E não dizemos isso apenas por uma questão gramatical. Dizemos porque não existe democracia substantiva onde as mulheres não podem viver com autonomia e liberdade. Não existe democracia onde direitos podem ser retirados em nome de crenças religiosas fundamentalistas e projetos autoritários de poder. Não existe democracia onde mulheres são maioria entre quem vota, mas seguem minoria entre quem decide. Não existe democracia quando mulheres negras, indígenas, periféricas, lésbicas, bissexuais, trans e defensoras de direitos humanos precisam enfrentar níveis extraordinários de violência para ocupar os espaços da política. E não existe democracia sem soberania popular, que também é substantivo feminino.

Falar em democracia no Brasil de 2026 exige, portanto, ir além da defesa das instituições, do direito ao voto e da realização periódica de eleições. Exige perguntar quem tem poder para decidir os rumos do país, quem consegue chegar aos espaços de decisão, quem consegue permanecer neles e quem continua do lado de fora.

Nos últimos meses, vimos as instituições brasileiras novamente ocuparem o centro de uma intensa disputa política. Controvérsias envolvendo os Poderes da República, investigações, conflitos institucionais e batalhas de interpretação nas redes sociais se transformaram rapidamente em matéria eleitoral.

Ao mesmo tempo, assistimos à circulação de discursos que voltam a colocar em questão direitos que imaginávamos consolidados - inclusive o direito das mulheres de participar plenamente da vida pública, da política e de exercerem o direito ao voto.

Assistimos também essa descabida violência com o uso da fé, em nome de um Deus que não permitem ser para todos, para retirar do imaginário e cultura popular a imagem de Nossa Senhora Aparecida como Padroeira do Brasil, ainda mais sendo ela uma mulher negra, a santa das/os pobres, das/os humildes e das/os marginalizadas/os.

Não podemos perder de vista que essa sucessão de crises, polêmicas, desinformações, pânicos morais e ataques a direitos também produz um efeito político concreto: desloca o debate eleitoral daquilo que deveria estar no centro da escolha democrática. Setores da extrema direita e do fundamentalismo têm feito da fabricação permanente de conflitos uma estratégia para ocupar a esfera pública, mobilizando medo, ressentimento, intolerância religiosa, misoginia e ataques às diferenças, enquanto questões fundamentais sobre os projetos de país ficam soterradas pelo ruído.

Em meio a tantas cortinas de fumaça, torna-se mais difícil discutir profundamente quem pretende governar para quem; quais interesses econômicos serão priorizados; quem financiará as políticas públicas; que projeto existe para saúde, educação, moradia, trabalho, cultura, clima e cuidado; quais direitos serão ampliados ou retirados; e como serão distribuídos os recursos, as riquezas e o próprio poder.

Não se trata de dizer que essas disputas simbólicas não importam - elas importam justamente porque atingem direitos, corpos, crenças e modos de existir. Trata-se de compreender como podem ser instrumentalizadas para produzir confusão e impedir que enxerguemos a disputa material e política que atravessa uma eleição: quem terá poder para decidir sobre o orçamento público, sobre as instituições, sobre os territórios, sobre nossos direitos e sobre as nossas vidas e quais são os reais interesses que atravessam esse programa político eleitoral.

E, diante disto, talvez uma das perguntas mais importantes deste momento seja anterior a todas essas disputas:
quem tem o poder de ter o poder?

Uma democracia que ainda exclui as mulheres

As mulheres constituem aproximadamente 53% do eleitorado brasileiro. Mais de 82 milhões de mulheres estão aptas a votar. Entretanto, ocupam apenas cerca de 18% das cadeiras da Câmara dos Deputados: são 91 mulheres entre 513 parlamentares.

Nas eleições de 2026, essa desigualdade começa antes mesmo da abertura das urnas. Dos 20.560 registros considerados pelo Tribunal Superior Eleitoral para o cálculo da distribuição dos recursos públicos de campanha, apenas 7.165 são de mulheres: 34,85% das candidaturas.

Somos maioria entre quem vota e continuamos em minoria entre quem pode ser votada, eleita e exercer o poder.

Essa desigualdade não pode ser tratada como resultado exclusivo das escolhas individuais das eleitoras e dos eleitores. Ela revela barreiras estruturais no funcionamento dos partidos, no financiamento das campanhas, na distribuição dos recursos, na construção das candidaturas, na divisão sexual do trabalho e na própria concepção de quem é reconhecido como sujeito legítimo da política.

Até simbolicamente essa ausência se expressa. O Parlamento brasileiro continua tendo uma Câmara dos Deputados, embora mulheres também sejam deputadas, disputem eleições, construam leis e representem milhões de brasileiras.

Mas há outra questão que o feminismo brasileiro vem apontando há décadas: representação não pode significar apenas presença numérica.

Ampliar a participação das mulheres é indispensável, mas não basta colocar corpos femininos dentro das mesmas estruturas que historicamente produziram desigualdade.

Queremos mulheres com autonomia política, diversidade e condições reais de exercer o poder, uma representação comprometida com os direitos das mulheres, com o enfrentamento ao racismo, com a justiça ecosocial, com os direitos sexuais e reprodutivos, com a laicidade do Estado e com a liberdade de todas as formas de existência.

Representação importa.
Representação substantiva importa ainda mais.

Quando participar da política significa colocar o próprio corpo em risco
Existe ainda uma barreira particularmente perversa para a participação política: a violência.

A pesquisa Violência Política e Eleitoral no Brasil, realizada pela Terra de Direitos e pela Justiça Global, ajuda a dimensionar esse problema: entre 28 de outubro de 2024 e 15 de agosto de 2026 foram registrados 354 episódios de violência política no Brasil - aproximadamente um caso a cada 44 horas.

Mais grave: embora sejam profundamente sub-representadas nos espaços legislativos, as mulheres foram vítimas de 50,6% dos episódios registrados.

A violência também possui gênero, raça e sexualidade.

As ameaças de violência sexual identificadas pelo levantamento tiveram exclusivamente mulheres como vítimas. O mesmo ocorreu nos episódios envolvendo conotação sexual ou comentários sobre corpos e aparência. Entre as pessoas que sofreram ataques repetidos, 23 das 32 vítimas eram mulheres. E as mulheres negras aparecem entre os grupos particularmente atingidos pela repetição da violência.

Esses números revelam que a violência política não pretende atingir somente uma candidata, parlamentar ou liderança. Ela comunica uma ameaça coletiva. Ela diz às outras mulheres: este espaço não foi feito para vocês.

Quando uma mulher é ameaçada de estupro por exercer um mandato, quando uma parlamentar negra recebe ameaças racistas, quando uma mulher trans é atacada por ocupar uma tribuna ou quando familiares de uma liderança passam a ser ameaçados por causa de sua atuação política, o alvo não é apenas aquela mulher. O alvo é a possibilidade de que outras como ela também decidam ocupar o poder. Por isso, enfrentar a violência política contra as mulheres não é uma agenda corporativa das mulheres. É uma agenda de defesa e radicalização da democracia.

Precisamos discutir o próprio sistema político

Se as mulheres são maioria da população e do eleitorado, mas permanecem profundamente sub-representadas nos espaços de poder, é necessário questionar não somente quem elegemos, mas como elegemos e como organizamos o poder político no Brasil.

Há mais de duas décadas, movimentos sociais brasileiros vêm fazendo exatamente essa provocação. A Plataforma dos Movimentos Sociais por Outro Sistema Político parte de uma pergunta que dialoga profundamente com o feminismo: quem tem o poder de ter o poder?

Sua formulação atual, coletiva, propõe pensar a democracia articulando democracia direta, democracia participativa e deliberativa, democracia representativa/proporcional, democratização da comunicação, democratização do sistema de justiça e democratização da economia.

No campo da representação, isso significa enfrentar um sistema que continua reproduzindo as desigualdades existentes na sociedade. Significa discutir financiamento político, democratização interna dos partidos, mecanismos que enfrentem a sub-representação, critérios raciais e de gênero e formas de organização das listas partidárias capazes de produzir efetivamente diversidade nos parlamentos.

Entre as propostas construídas historicamente pela Plataforma está, por exemplo, a adoção de listas partidárias preordenadas com alternância de gênero e critérios étnico-raciais, como mecanismo para enfrentar o personalismo e impedir que mulheres e outros grupos historicamente sub-representados sejam colocados apenas no final das listas.

Podemos e devemos discutir os diferentes desenhos institucionais possíveis. O que não podemos naturalizar é um sistema no qual mais da metade do eleitorado é composto por mulheres, mas os espaços de representação permanecem majoritariamente masculinos.

A democracia representativa precisa ser democratizada.
Democracia não é somente representação

Também precisamos superar uma ideia muito limitada segundo a qual cidadania significa votar a cada dois ou quatro anos e voltar para casa. O povo não pode entrar na democracia apenas no dia da eleição.

Precisamos fortalecer plebiscitos, referendos e iniciativas populares; conselhos, conferências e espaços deliberativos de fato coletivizados desde a sua organização de metodologias e mobilização, com espaço para a criticidade e a incidência popular; orçamento participativo que de fato represente os anseios do conjunto da população; controle social sobre políticas e recursos públicos; organizações comunitárias, autogestionárias, autônomas e conscientes de sua cidadania ativa e outras formas permanentes de participação.

Participação popular não pode ser apenas consulta. Participar é também partilhar poder.

Para a CFEMEA, isso significa reconhecer que democracia também se constroi nas associações, movimentos, coletivos, cozinhas comunitárias, sindicatos, assentamentos, acampamentos, Pontos de Cultura, organizações feministas, quilombos, comunidades tradicionais, periferias e redes de mulheres.

É nesses espaços que milhares de pessoas experimentam cotidianamente outras formas de decidir, produzir, cuidar e sustentar a vida.

É também essa compreensão que orienta experiências como os Laboratórios Organizacionais Feministas para a Sustentação da Vida: democracia é construir autonomia coletiva, autogestão, solidariedade, cuidado e capacidade comunitária de decidir sobre aquilo que organiza nossas vidas.

A democracia que queremos precisa combinar representação política, participação popular, soberania popular e poder popular.

Neste domingo, vamos às urnas

É justamente porque acreditamos que a democracia precisa ser muito maior do que uma eleição que afirmamos também a importância deste domingo. O voto é uma conquista política e um instrumento de exercício da cidadania. Por isso, nossa convocação é para que todas as pessoas aptas a votar compareçam às urnas neste 4 de outubro.

E fazemos um chamado especial também às pessoas para quem o voto é facultativo.

Às juventudes de 16 e 17 anos: ocupem as urnas

A política decide sobre educação, trabalho, cultura, clima, direitos digitais, transporte, segurança, sexualidade, saúde, futuro. Juventude não é apenas o futuro da democracia. É sujeito político do AGORA.

Às pessoas com mais de 70 anos: sua participação também importa.

A democracia brasileira foi construída por muitas gerações, inclusive por pessoas que viveram períodos em que votar, organizar-se, manifestar-se e discordar publicamente não eram direitos garantidos. O voto de vocês é facultativo. Sua participação continua sendo parte da vida democrática. Que cada pessoa vote de maneira consciente, informada e livre, considerando os projetos políticos apresentados e os impactos concretos que as escolhas eleitorais produzem sobre direitos, instituições, territórios e sobre a vida da população.

E na segunda-feira?
O que faremos depois que as urnas forem fechadas?

Independentemente do resultado eleitoral, nenhum governo, Parlamento ou instituição deve receber um cheque em branco da sociedade. Democracia exige participação permanente. Na segunda-feira, será necessário continuar organizadas e organizados. Nos movimentos. Nos territórios. Nas organizações feministas. Nas associações. Nos sindicatos. Nos coletivos. Nos conselhos. Nas redes. Nas comunidades. Nos espaços de cultura. Nas universidades. Nas ruas e também na esfera pública digital.

Será necessário acompanhar mandatos, disputar orçamento público, defender direitos, cobrar compromissos, enfrentar retrocessos, propor políticas, construir alianças e inventar novas formas de participação. Será necessário também retomar uma tarefa de radicalizar a democracia brasileira. Radicalizar no sentido de ir à raiz e estabelecer quais transformações precisam acontecer para que soberania popular deixe de ser somente um princípio constitucional e se transforme em experiência cotidiana de poder popular.

As eleições são fundamentais. Precisamos garantir nossos votos nas urnas. Mas democracia é processo, não evento. Democracia acontece quando votamos, e também quando nos organizamos. Quando construímos movimentos. Quando defendemos direitos. Quando ocupamos as ruas. Quando criamos redes de solidariedade. Quando disputamos orçamento. Quando exigimos prestação de contas. Quando construímos autonomia nos territórios. Quando recusamos que decisões sobre nossas vidas sejam tomadas sem nós.

Para nós, feministas, essa disputa possui ainda uma dimensão incontornável. Não haverá democracia plena enquanto mulheres forem maioria entre quem vota e minoria entre quem decide. Não haverá democracia plena enquanto mulheres precisarem enfrentar misoginia, racismo, LGBTfobia e ameaças para exercer o direito de fazer política.

Não haverá democracia plena enquanto nossos corpos forem tratados como territórios sobre os quais Estado, mercado, igrejas, famílias e homens reivindicam poder de decisão. Não haverá democracia plena sem autonomia, sem direitos, sem liberdade. Não haverá democracia plena sem soberania popular. E não haverá democracia sem mulheres. Neste domingo, votamos. Na segunda-feira, seguimos organizadas. Votar é exercer a democracia. E organizar-se é construí-la.

7. Participação política de meninas: a saída para tempos melhores começa agora

O Dia Internacional das Meninas foi instituído pela ONU em 2011, pela Resolução 66/170, que designou o dia 11 de outubro para a celebração da data. O tema global de 2026, construído em consulta com meninas e organizações lideradas por elas, é acabar com o casamento infantil e investir nos direitos das meninas (UNICEF, 2026). E quem são as meninas? Segundo a Convenção sobre os direitos de crianças e adolescentes, criança é qualquer ser humano menor de 18 anos, de modo geral.

É pela décima quinta vez que celebramos a data, mas ainda impressiona pensarmos o quanto as múltiplas desigualdades sociais, incluindo de gênero, raça, classe, estão presentes nas vidas das meninas. Nesse sentido, dados do UNICEF apontam que cerca de uma em cada cinco meninas no mundo se casa antes dos 18 anos, o que soma aproximadamente 650 milhões de mulheres e meninas vivas hoje que foram casadas na infância (UNICEF, 2026[1]). Além disso, meninas de 15 a 19 anos têm duas vezes mais probabilidade do que meninos de estar fora da escola, do trabalho ou de qualquer formação. Em contextos frágeis e afetados por conflitos e violência, as meninas têm quase 90% mais probabilidade de estar fora do ensino secundário do que meninas em contextos estáveis, o que aumenta o risco de exposição ao casamento infantil (UNICEF, 2026[2]).

Frente a esse cenário, precisamos responder a uma pergunta: quando as meninas passarão a fazer parte do centro de tomada de decisões e advocacy, da sociedade civil organizada? Esse processo começa por ferramentas que possam garantir a educação e a participação política de meninas em todas os espaços de tomada de decisão sobre suas vidas. Isso tem que ser feito hoje, agora, no presente (ONU, 2011). As meninas já têm soluções estratégicas e importantes hoje, elas não deveriam crescer para, só então, garantir um espaço na mesa de decisões.

Meninas têm direito de opinar, se organizar e incidir sobre as decisões que afetam suas vidas. Esse direito está garantido na Convenção sobre os Direitos da Criança, que assegura à criança o direito de *expressar livremente sua opinião sobre todos os assuntos que lhe dizem respeito* (art. 12) e de *se associar e se reunir pacificamente* (art. 15) (BRASIL, 1990a). O Estatuto da Criança e do Adolescente inclui **de participar da vida política** (art. 16, VI) (BRASIL, 1990b) como parte fundamental do exercício de liberdade e autonomia de crianças e adolescentes. A própria Constituição também garante o voto facultativo a partir dos 16 anos (BRASIL, 1988). Mais recentemente, o ECA Digital (Lei 15.211 de 2025), em seu artigo 5, parágrafo segundo, reforça que os produtos e serviços de tecnologia devem assegurar a liberdade de participação na sociedade. Inclusive, a própria lei define o conceito como parte integrante da definição de "melhor interesse da criança e adolescente".

> **Em pesquisa com cerca de 29 mil meninas e jovens mulheres de 15 a 24 anos em 29 países, incluindo o Brasil, uma em cada três disse não sentir que a política está aberta à sua participação (PLAN INTERNATIONAL, 2022).**
>
> **Apenas metade afirmou que sua comunidade considera aceitável que meninas se envolvam em atividades políticas, e só uma em cada cinco se imagina candidata no futuro.**
>
> **(PLAN INTERNATIONAL, 2022).**

As eleições de 4 de outubro de 2026 mostram o tamanho do desafio no Brasil. Em 2022, 4,1 milhões de jovens se alistaram para exercer o direito ao voto. Já no primeiro turno de 2026, 3,5 milhões estavam aptos a voltar, uma redução de cerca de 600 mil eleitoras e eleitores adolescentes em relação às eleições de 2022. É importante lembrar que jovens de 16 a 18 anos representam cerca de 2,25% do eleitorado nacional. Ainda assim, um levantamento do Instituto Nexus revela que, no primeiro turno das eleições de 2026, a participação de jovens de 16-24 caiu cerca de 22%, um declínio em meio a um crescimento de 17% do eleitorado total[3].

Essa queda na participação política da juventude brasileira sem dúvidas é um desafio multifatorial, que pode envolver, inclusive, um reflexo da não inclusão de adolescentes e jovens, especialmente meninas, na política institucional. Neste ano, a Câmara Federal elegeu 109 mulheres em 2026, a maior bancada de mulheres da história. Dessas, a maior parte é branca e defende retrocessos aos direitos das mulheres[4]. No entanto, ainda que sejam 51% da população brasileira, as mulheres representam apenas 21% do total do total de parlamentares da casa.

A deputada mais jovem do país, eleita em 2026, foi Ana Elisa Santos Silva (PT/MG), de 21 anos, natural de Minas Gerais.

Não obstante ela estar dentro do aumento de 21% de mulheres eleitas, de 2022 para 2025, trajetórias como a de Ana Elisa ainda são uma exceção ao alcançar espaços institucionais de poder sendo uma jovem negra.

Por exemplo, no Senado, apesar de os números indicarem um crescimento de mulheres eleitas, nenhuma delas é negra.

Além disso, é uma trajetória que vem acompanhada de violência política de gênero e raça, agregada ao fator etário.

Durante o percurso de sua campanha, Ana Elisa, que iniciará, em 2027, seu primeiro mandato e recebeu mais de 500 mil votos, informou que tem sofrido ameaças constantes, inclusive de morte.

Mudar o cenário atual exige nos voltarmos para o investimento em formação de meninas líderes, organização política e na proteção daquelas que já fazem política em suas escolas, territórios, coletivos e redes.

Participação política também passa pela possibilidade de se imaginar em certos espaços. As meninas estão crescendo com pouca representatividade de meninas e mulheres em espaços de poder. Meninas indígenas, quilombolas, negras, trazem contribuições estratégicas e importantes para a organização coletiva.

Nossa missão é garantir que elas sejam cada vez mais ouvidas.

8. Autocuidado, cuidado coletivo e justiça reprodutiva

Aqui levantamos nossa voz feminista antirracista para valorizar o CUIDADO e a responsabilidade com o cuidado coletivo e comunitário, com senso de atenção e apoio mútuo entre as mulheres ativistas dos movimentos sociais, de mulheres e feministas e na sociedade em geral. Somos nós, as mulheres, que sustentamos a vida e toda a sua reprodução, mesmo que nossos saberes e práticas sejam invisibilizados.

Reprodução esta que, por meio do cuidado político, escapa ao (neo)liberal e subverte a lógica do interesse pessoal individualista ou da construção de um eu autônomo, fechado sobre si mesmo. Reconhecemos o cuidado como parte estruturante do pacto do Bem Viver. O cuidado é uma estratégia que ginga passos pela micropolítica e pela macropolítica do poder, contrapondo-se à dominação por meio da construção de espaços seguros para se ter voz, escuta e ação conjunta das mulheres por liberdade.

Nosso corpo-território dança por liberdade!

A dança das mulheres trama pelas relações interpessoais, políticas, sociais, econômicas e culturais, aguçando nossa atenção umas pelas outras e por toda a nossa comunidade. Geramos relações de proteção, autopreservação, acolhimento, reconhecimento, diálogo e escuta ativa com afeto. Nossos espaços seguros e de auto-organização se renovam e se fortalecem por meio do cuidado, nutrindo a luta e a resistência das mulheres.

Lutamos coletivamente pela revalorização do cuidado na tentativa de criar relações mais horizontais, mais éticas e amorosas de vida, de liberdade e não de dominação. Semeamos a força motriz de uma nova ética de amor e cuidado, com reconhecimento mútuo, reivindicando um mundo melhor para coabitar com seres vivos e não vivos, com acesso livre às memórias e lembranças das relações e dos encontros, com sensibilidade à instauração de uma atitude ética.

O cuidado é mais que uma disposição pontual, de urgência ou emergência; são exercícios contínuos que acontecem no cotidiano da vida e que se contrapõem à morte, ao adoecimento, ao estresse e à sobrecarga por meio da atitude de atenção consigo e com as outras pessoas.

Não é verdade que as mulheres têm mais prazer e afeição por relações pacíficas, pois nos rebelamos para defender nossa autonomia, nossos direitos. As mulheres são domesticadas nesse engajamento de passividade e submissão. E, o que experienciamos é uma vida inteira submetida a situações e relações de extrema vulnerabilidade, violência, agressividade e frieza. Naturalização, banalização e objetificação dos nossos desejos.

“Um tal modelo de cuidado se presta facilmente à caricatura, pois traz em si mesmo seus próprios limites. De um lado, torna visível o devir das mulheres em todo mundo: o cuidado com os próximos, a harmonização da família, a convocação para o cuidado com os outros, levando-as até o sacrifício de si.” (Brugère, 2023).

A voz das mulheres e a luta pelo direito à escolha e ao cuidado
A maternidade não é o destino de todas as mulheres!

O poder de decidir, como as mulheres constroem a decisão sobre a experiência de ser e de não ser mãe, é um ponto de apoio à própria reflexão das mulheres no que diz respeito ao conflito entre a autonomia e a atenção às necessidades dos outros.

Quando eu me escolho para o autocuidado e não prevalece a preocupação com o outro, parece que as práticas do poder e do saber masculinos ficam em perigo. Como afirma Brugère (2023): “No caso da interrupção voluntária da gravidez, as mulheres devem poder tomar a decisão por si mesmas, com a consciência de sua própria condição, deixando de lado tudo o que as impeça de decidir”.

Deixando de lado “a bondade das mulheres” sob a forma do sacrifício de si mesmas, para romper com a feminilidade fundada na moral convencional, que funciona como um imperativo referente à preocupação com os outros. E, portanto, segundo Brugère (2023), “altera o próprio gênero que é a feminilidade, construída historicamente por uma separação entre o doméstico e o público, associada à atenção com o outro, ao que normalmente nomeamos como um ‘sentido de proteção’, expressão que apaga toda a construção social do papel de protetora”.

O direito à escolha e ao cuidado durante o processo, da decisão à efetivação legítima, legitima sua voz, sua história de vida e uma possível avaliação da situação de vulnerabilidade da própria mulher, que sai do lugar da feminilidade imposta e situa sua decisão no âmbito do questionamento ético que deve se tornar feminista: “Como vou levar minha vida?”

A vida num corpo de mulher, demarcado violentamente pelo cystema racista e heteropatriarcal, entendido como uma experiência biológica e psicológica de cooperação social ao consumo de cuidado subserviente, que é manipulado pela necessidade do outro e alheio de si.

Quando, em que tempo deste mundo antigo, vamos superar o bem e o mal? Quando o corpo das mulheres não estará atravessado, dilacerado por esse fio de navalha?

ATITUDE para lutar pelo direito de decidir, pela autopreservação da vida, por nossas relações, afetos, sentimentos e corpos vivos, sem violações, sem mutilações, sem silenciamentos.

É outro tempo!

Tanta informação.
Tanta desinformação.
Lei velha.
Lei nova.

O corte da Lei de profundidades naturais.

É outro tempo!

Cuidado é um acontecimento, um conhecimento. Temos aprendido a cuidar de nós para além de cuidar de outras pessoas. Como nos ensina bell hooks, “temos aprendido a praticar uma ética amorosa consigo mesma”, ancorada na escuta, na relacionalidade entre mulheres e em um senso de atenção plena às nossas próprias necessidades e limites.

Ruína.
Que venha RUIR!

O ideal ético da racionalidade masculina, que traz, na preocupação com os outros, as raízes da experiência moral das mulheres.
Que venha (RE)Existir.

O direito ao amor. O direito ao cuidado é uma tomada de poder que favorece a vida das mulheres, a vida com mais autonomia, mais liberdade, mais escolha e consciência de si e do mundo para transformar o mundo e todas as relações sociais, políticas, econômicas, culturais e ambientais.

Trazemos a pungência da estratégia histórica do feminismo: o pessoal é político. Temos o direito à vida pública, à vida política. Ocupação da rua e da política na luta pela libertação e emancipação das mulheres. Reparação para as teorias de justiça para as mulheres. Justiça reprodutiva, direitos reprodutivos, a luta para romper a esfera pública e privada, assim como o atravessamento da construção da unidade social, a família, que prima pela verticalização do poder familiar e pela subalternização das mulheres em relações desiguais entre pais e filhes, pai e mãe, estruturadas pelo patriarcado.

Pelo poder das mulheres, o poder do cuidado, o poder da decisão, o poder de escolher a si mesma, exercido como atividade de justiça e reconhecimento, autoproteção e igualdade entre pessoas, nos tira de diversas vulnerabilidades e fortalece novas relações.

> **“Que a voz diferente das mulheres não fique sufocada; torne-se a voz diferente da ética do cuidado quando faz realmente surgir uma ética da responsabilidade que se distingue do sacrifício de si.” (Brugère, 2023).**

Recompor o direito à justiça para além da lei e da letra jurídica. Afirmar, pelo feminismo, a concepção da responsabilidade do cuidado, alimentar a justiça, revigorar a compreensão da luta por direitos e liberdade para as mulheres.

> **“Uma ética feminista do cuidado é uma voz diferente porque é uma voz que não veicula as normas e os valores do patriarcado; é uma voz que não é governada pela dualidade e a hierarquia do gênero, mas que articula as normas e os valores democráticos.” (Brugère, 2023).**

9. Defender a democracia é garantir direitos, proteger vidas e fortalecer os territórios (Nota de posicionamento do CBDDH)

Comitê Brasileiro de Defensoras e Defensores de Direitos Humanos (CBDDH)

A jovem democracia brasileira exige proteção, participação popular e compromisso inegociável com os direitos humanos.

O Comitê Brasileiro de Defensoras e Defensores de Direitos Humanos (CBDDH), articulação nacional que reúne 47 organizações e movimentos sociais comprometidos com a proteção de quem luta por direitos, reuniu-se em Plenária Nacional em 8 de outubro de 2026. Fizemos uma análise coletiva da conjuntura política e reafirmamos o compromisso histórico com a defesa da democracia, da Constituição Federal, dos direitos humanos e das condições necessárias para que a sociedade brasileira possa exercer plenamente sua cidadania ativa.

Decorreu da Plenária uma profunda preocupação com o agravamento da violência política, a disseminação de discursos de ódio, as ameaças às liberdades democráticas e os riscos enfrentados por defensoras e defensores de direitos humanos no atual contexto eleitoral.

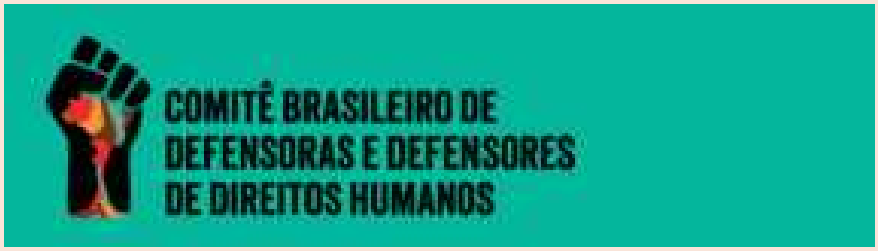
O processo eleitoral de 2026 acontece em um cenário de profunda polarização política, fortalecimento de setores autoritários, disseminação de desinformação, ampliação das desigualdades sociais e crescente utilização do medo, da intolerância e da violência como instrumentos de disputa de poder.

O resultado do primeiro turno e a composição do Congresso Nacional eleito acendem um alerta sobre os riscos de retrocessos legislativos e institucionais que podem atingir diretamente os direitos de mulheres, pessoas negras, povos indígenas, comunidades quilombolas, população LGBTQIA+, trabalhadores e trabalhadoras, populações periféricas, povos e comunidades tradicionais, bem como o conjunto de defensoras e defensores dos direitos humanos.

A violência política não pode ser naturalizada

O CBDDH manifesta especial preocupação com denúncias de ameaças, intimidações, perseguições e episódios de violência política registrados durante o processo eleitoral.

Entre as situações recebidas e sistematizadas por organizações integrantes do Comitê estão denúncias de discursos transfóbicos proferidos por parlamentares eleitos, de incêndios em espaços universitários e religiosos, de ameaças e represálias contra estudantes e manifestantes e de possíveis restrições ao exercício do direito ao voto.



A gravidade desses episódios exige apuração rigorosa, inclusive quanto à eventual motivação política, discriminatória ou à tentativa de intimidação de coletivos, favelas e periferias, da comunidade acadêmica e de pessoas que exercem seus direitos democráticos.

A liberdade de expressão, a liberdade de manifestação, a autonomia universitária e o direito à participação política são garantias constitucionais que o Estado deve proteger. Nenhuma pessoa pode ser ameaçada, agredida, discriminada ou perseguida por suas convicções políticas, por sua identidade de gênero, por sua orientação sexual, por sua origem territorial, étnica ou racial, ou por participar de manifestações públicas.

Discursos de ódio e práticas discriminatórias não podem ser legitimados. O exercício da liberdade democrática implica responsabilidade pública e respeito à Constituição, à dignidade humana e aos direitos fundamentais.

O Comitê também alerta para a gravidade de denúncias de obstáculos ao deslocamento de eleitores, alterações de locais de votação sem comunicação adequada e interrupções de serviços essenciais de transporte em períodos eleitorais.

O direito ao voto deve ser garantido de maneira universal, livre, segura e acessível, especialmente para populações periféricas, rurais, comunidades quilombolas, indígenas e tradicionais, bem como comunidades historicamente excluídas.

A violência política não ameaça apenas suas vítimas imediatas. Ela produz medo coletivo, silencia vozes, restringe a participação popular e enfraquece as próprias condições de existência da democracia.

Diante dessas situações, o CBDDH cobra do Ministério Público Federal, dos Ministérios Públicos estaduais, da Polícia Federal, das autoridades policiais competentes, da Justiça Eleitoral e dos demais órgãos responsáveis a adoção de providências ágeis e acessíveis para receber denúncias, investigar possíveis violações, responsabilizar seus autores quando comprovadas as condutas e garantir proteção às pessoas e instituições ameaçadas.

Reivindicamos, ainda, que as instituições públicas atuem preventivamente para assegurar o exercício das liberdades democráticas e impedir que a violência política se converta em mecanismo de silenciamento e exclusão.

Defender quem defende direitos humanos é defender a própria democracia

A democracia brasileira não está plenamente protegida enquanto lideranças comunitárias, indígenas, quilombolas, feministas, ambientalistas, comunicadores populares, trabalhadores rurais, defensoras e defensores de direitos humanos seguem expostos a ameaças, perseguições, criminalização e assassinatos em razão de suas lutas.

Em diferentes regiões do país, a atuação de defensoras e defensores ocorre em contextos marcados pela concentração fundiária, pelo racismo estrutural, pela violência de gênero, pela atuação de organizações criminosas e de milícias, pela expansão de atividades econômicas predatórias e por conflitos em torno do acesso à terra, à água e aos bens comuns.

Em muitos territórios, o exercício da defesa de direitos depende não apenas da proteção individual, mas da garantia de condições coletivas para que comunidades inteiras possam continuar existindo, organizando-se e reivindicando direitos.

Por isso, o CBDDH reafirma a urgência do fortalecimento do Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos, Comunicadores e Ambientalistas (PPDDH), com orçamento adequado, equipes qualificadas, capilaridade territorial, participação social e mecanismos efetivos de proteção individual e coletiva.

Defendemos a implementação e a continuidade institucional do Plano Nacional de Proteção a Defensoras e Defensores de Direitos Humanos, com mecanismos permanentes de monitoramento, avaliação e controle social.

A proteção não pode depender exclusivamente da vontade política de governos ou da conjuntura eleitoral. Precisa constituir uma política pública de Estado, sustentada por garantias institucionais, recursos públicos e participação das organizações da sociedade civil.

Da mesma forma, defendemos o fortalecimento do Conselho Nacional dos Direitos Humanos (CNDH), sua autonomia e sua capacidade de monitorar violações, formular recomendações e exercer o controle social sobre as políticas públicas.

A sociedade civil organizada deve ter assegurada sua liberdade de associação, sua autonomia política, suas condições de sustentabilidade e seu direito legítimo de fiscalizar, denunciar e questionar a atuação do Estado.

Proteger defensoras e defensores de direitos humanos é garantir que a sociedade brasileira continue tendo pessoas e organizações capazes de enfrentar injustiças, denunciar violações e lutar pela efetivação dos direitos constitucionalmente reconhecidos.

A soberania nacional e a proteção dos territórios também estão em disputa

A defesa da democracia brasileira está profundamente relacionada à defesa da soberania nacional, da autodeterminação dos povos e da proteção dos territórios diante da exploração econômica predatória e de interesses internacionais escusos ao povo brasileiro.

A Amazônia, os demais biomas brasileiros e os territórios tradicionais ocupam posição central nas disputas geopolíticas contemporâneas, marcadas pela crescente demanda internacional por recursos naturais, minerais estratégicos e fontes de energia.

A expansão dos interesses econômicos sobre minerais críticos e estratégicos, incluindo as chamadas terras raras, exige especial atenção aos riscos de intensificação dos conflitos socioambientais, da violação de direitos territoriais e da submissão das riquezas nacionais a interesses que desconsideram as populações locais e a soberania brasileira.

O CBDDH reafirma que nenhuma estratégia de desenvolvimento econômico pode justificar a violação dos direitos de povos indígenas, comunidades quilombolas, ribeirinhas, extrativistas, camponesas e demais povos e comunidades tradicionais. Defendemos a demarcação e a proteção dos territórios indígenas, a titulação dos territórios quilombolas, a reforma agrária, a proteção dos bens comuns e o respeito ao direito à consulta prévia, livre e informada, nos termos da Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho.

A exploração de recursos naturais deve estar submetida ao interesse público, à proteção ambiental, ao controle democrático popular e ao respeito aos direitos humanos.

Não aceitaremos que a nossa soberania seja colocada em xeque e entregue de bandeja à disputa pelo controle econômico das riquezas brasileiras, permitindo que os povos que historicamente protegem esses territórios continuem ameaçados.

Lutaremos pela democracia, pelos direitos humanos e por suas defensoras e defensores, pela soberania popular, pela justiça ecossocial e pelo respeito à autodeterminação dos povos.

Preocupa-nos o fortalecimento de agendas internacionais autoritárias e de estratégias de ingerência política, econômica e das mídias digitais que ameaçam a autonomia dos países latino-americanos, fragilizam mecanismos de cooperação e pressionam organizações da sociedade civil.

O Brasil precisa reafirmar seu compromisso com a paz, a autodeterminação dos povos, a integração latino-americana e a defesa dos direitos humanos como fundamentos de sua atuação internacional.

Segurança pública deve significar proteção da vida, não autorização para matar

A segurança pública ocupa posição central nas preocupações da população brasileira e precisa integrar, de maneira prioritária, uma agenda democrática de direitos humanos.

Milhões de brasileiras e brasileiros vivem sob o impacto cotidiano da violência armada, da presença de organizações criminosas, da atuação de milícias, da violência policial e da ausência ou insuficiência de políticas públicas.

Nas periferias urbanas e em territórios rurais, o medo e a insegurança comprometem a liberdade de circulação, o acesso aos serviços públicos, a organização comunitária e a própria atuação das defensoras e defensores de direitos humanos.

O enfrentamento à criminalidade não pode ser confundido com a legitimação de execuções, chacinas, tortura, encarceramento indiscriminado ou operações que colocam comunidades inteiras em situação de risco.

Defendemos uma política de segurança pública baseada na proteção da vida, na prevenção da violência, na investigação qualificada, no enfrentamento das estruturas econômicas e políticas do crime organizado, no controle da atividade policial e na responsabilização de agentes públicos envolvidos em violações.

É indispensável enfrentar o racismo institucional que faz da juventude negra e periférica a principal vítima da violência letal no país.

A segurança pública também deve assegurar a proteção de mulheres, crianças, adolescentes, pessoas LGBTQIA+, povos indígenas, comunidades de terreiro, movimentos ambientais, estudantis e de cultura, comunidades tradicionais e pessoas que exercem o direito à manifestação e à participação política.

Uma política democrática de segurança não pode produzir mais violência do que aquela que afirma combater.

O CBDDH reafirma seu compromisso com o fortalecimento das redes populares de proteção, com a articulação entre organizações e movimentos sociais, com a defesa da autonomia da sociedade civil e com a construção de uma agenda permanente de mobilização democrática.

Nossas exigências às instituições brasileiras

Diante da gravidade da conjuntura,
o Comitê Brasileiro de Defensoras e Defensores de Direitos Humanos:

EXIGE a apuração célere, independente e rigorosa das denúncias de violência política, ameaças, discriminação e ataques a espaços educacionais e manifestações públicas, com a devida responsabilização dos envolvidos quando comprovadas as violações.

COBRA do Ministério Público, da Justiça Eleitoral, dos órgãos de segurança pública e das demais autoridades competentes medidas preventivas e protetivas para garantir o direito ao voto, à manifestação pacífica, à liberdade de expressão e à participação política, especialmente no período que antecede o segundo turno.

COBRA do Congresso Nacional, do Poder Executivo, da Justiça Eleitoral e do Ministério Público, no âmbito de suas competências, a regulação e a fiscalização das plataformas digitais e redes sociais, com transparência sobre seus critérios de moderação e de recomendação de conteúdo, para enfrentar a desinformação, o discurso de ódio, as mensagens racistas, misóginas, transfóbicas, LGBTfóbicas e de intolerância religiosa, e os ataques e ameaças online contra defensoras e defensores de direitos humanos. Essa atuação deve ocorrer de forma não partidária, com base na Constituição e na legislação vigente, e com respeito à liberdade de expressão e ao devido processo.

REIVINDICA o fortalecimento e a continuidade das políticas públicas de proteção a defensoras e defensores de direitos humanos, com recursos adequados, mecanismos de proteção coletiva e garantia de participação da sociedade civil.

DEFENDE a autonomia e o fortalecimento do Conselho Nacional dos Direitos Humanos e dos demais mecanismos de participação, fiscalização e controle social das políticas públicas.

REPUDIA toda forma de racismo, misoginia, transfobia, LGBTfobia, intolerância religiosa, violência política, perseguição ideológica e criminalização dos movimentos sociais.

REAFIRMA a necessidade de uma política nacional de segurança pública comprometida com a proteção da vida, a redução da violência, o enfrentamento ao crime organizado e o respeito aos direitos humanos.

CONCLAMA as organizações da sociedade civil, os movimentos populares, as universidades, as redes comunitárias e a população brasileira a fortalecerem a defesa dos direitos humanos e das liberdades democráticas por meio da mobilização, da participação popular e da solidariedade entre os territórios.

Defender a democracia é defender a vida

O Brasil enfrenta um momento decisivo de sua história democrática.

A resposta às ameaças autoritárias não pode ser o silêncio, o medo de manifestação, a naturalização da violência ou a redução da política à disputa eleitoral.

Nossa resposta precisa ser a ampliação da democracia, a defesa intransigente dos direitos humanos, a proteção das pessoas e comunidades ameaçadas e o fortalecimento da organização coletiva da sociedade.

Reafirmamos que nenhum projeto político pode estar acima da Constituição, da dignidade humana e dos direitos fundamentais.

A democracia que defendemos não é apenas aquela que resiste às ameaças autoritárias. É aquela que enfrenta as desigualdades estruturais, reconhece a diversidade do povo brasileiro, garante a participação popular e assegura que todas as pessoas tenham condições concretas de viver com liberdade, segurança e dignidade.

Defender a democracia é defender o direito de existir, de participar, de resistir e de transformar a realidade.

Não existe democracia sem direitos humanos. E não existem direitos humanos plenamente garantidos enquanto quem os defende fica sob ameaça.

Pela vida, pelos territórios, pela liberdade e pela democracia!

Brasil, outubro de 2026.

COMITÊ BRASILEIRO DE DEFENSORAS E DEFENSORES DE DIREITOS HUMANOS - CBDDH

10. MULHERES RURAIS, SOBERANIA ALIMENTAR, AGROECOLOGIA E DEMOCRACIA: Cooperativa feminista promove autonomia e participação política a partir das farinhadas

Em 2025, iniciamos o processo de construção do II Laboratório Organizacional Feminista para a Sustentação da Vida - Território: Distrito Federal e Entorno, uma realização da CFEMEA - Centro Feminista de Estudos e Assessoria em parceria com o MST - Movimento das Trabalhadoras e Trabalhadores Rurais Sem Terra. Durante todo o ano de 2026, temos nos dedicado, no âmbito desta experiência laboratorial, à construção coletiva da Cooperativa Feminista para a Sustentabilidade (COOFESUS).

Mulheres trabalhadoras rurais dos acampamentos de luta pela terra e dos assentamentos de reforma agrária, da região do Distrito Federal e Entorno, são protagonistas deste empreendimento autogestionário, solidário, feminista, antirracista, camponês e popular e têm conferido uma contribuição fundamental para cultivar a organização feminista e coletiva, a soberania alimentar, a agroecologia, a autogestão, o autocuidado e cuidado coletivo em suas comunidades e territórios. Na atual conjuntura, às vésperas do segundo turno das eleições, este processo se articula com o compromisso e a responsabilidade de defender a democracia.

Assim, em referência ao Dia Internacional das Mulheres Rurais (15/10), ao Dia Nacional da Agroecologia (03/10) e ao Dia Mundial da Alimentação (16/10) - também conhecido pelos movimentos sociais da Via Campesina como Dia Internacional de Ação pela Soberania Alimentar dos Povos e contra as Corporações Transnacionais - viemos celebrar a organização e luta coletiva das mulheres rurais em sua diversidade, destacando seu protagonismo na produção e cuidado com a alimentação saudável, com a agroecologia e com a proteção da sociobiodiversidade, das sementes, das comunidades e da autodeterminação dos povos em seus territórios.

Um protagonismo que parte dos próprios quintais produtivos das mulheres e que também ocupa espaços políticos em seus movimentos e territórios, nas ruas e nas redes sociais, nos debates públicos e na construção de políticas públicas e direitos. Pois, neste segundo turno decisivo, trata-se de defender a continuidade de um projeto político que tirou por duas vezes o Brasil do Mapa da Fome, comparecendo às urnas para votar e buscando engajar, nas eleições deste próximo final de semana, também nossos familiares, amigas/os, vizinhas/os da comunidade que não participaram no primeiro turno.

São mulheres do campo, florestas e águas, mulheres sem-terra, mulheres agricultoras familiares e camponesas, produtoras agroecológicas, extrativistas, quilombolas, das comunidades tradicionais, e tantas mais que se dedicam à defesa de seus corpos-territórios, pois, a luta por mudanças precisa ser para superar a exploração do trabalho e a invisibilidade dos saberes e práticas das mulheres trabalhadoras, sobretudo, das áreas rurais, e o sonho de transformação social das mulheres e do povo não pode ser roubado pela extrema direita que promove aumento das violências e despejos no campo e nas periferias urbanas.

Portanto, viemos afirmar a importância da unidade campo e cidade e da participação política das mulheres trabalhadoras, do campo e da cidade, na defesa de seus direitos nas votações deste próximo final de semana. É fundamental participar das ações, campanhas e marchas em defesa de um projeto político de país: em que a vida livre de violências e com proteção social, das mulheres e do povo é prioridade; em que a criação dos assentamentos de reforma agrária e a demarcação dos territórios indígenas, quilombolas e das demais comunidades tradicionais é prioridade; em que a proteção dos biomas, da sociobiodiversidade e das defensoras/es de direitos vem em primeiro lugar. Os votos e as campanhas das mulheres trabalhadoras, do campo e da cidade, são fundamentais para virar o jogo, para derrotar o ódio, as violências, os feminicídio e as desigualdades.

Na construção da cooperativa feminista, afirmamos como um de nossos valores a autonomia das mulheres, a valorização dos trabalhos, saberes, práticas, movimentos e lutas das mulheres. Desta forma, cada roda de autocuidado e cuidado coletivo, cada oficina da cooperativa de mulheres culmina também para o fortalecimento da participação política das mulheres, antes, durante e depois das eleições. Portanto, vamos reconhecendo que a luta pelo direito à alimentação agroecológica, à soberania alimentar e à autodeterminação dos povos em seus territórios está imbricada na luta em defesa da democracia a partir da organização e resistência feminista, antirracista, camponesa e popular.

Bônus: Para a incidência feminista antirracista e popular avançar: Cultivando juntas os espaços políticos que a sustentação da vida necessita

Vemos ao nosso redor um contexto de crises socioambientais, geopolíticas e econômicas, as quais aprofundam os problemas sociais que atravessam nosso cotidiano de vida, ampliando a escassez e as barreiras de tudo que é fundamental à dignidade humana.

Por meio das experiências coletivas de organização, luta e participação popular, muitas vozes se reúnem para questionar as contradições do contexto em que vivemos, somando forças para serem ouvidas, furando o cerco dos silenciamentos e esquecimentos. Desta forma, neste mês de março, nós mulheres e todas as pessoas em luta social por direitos, fomos às ruas nas ações e mobilizações do 8 de março.

Com bandeiras dos movimentos de mulheres, feministas e populares; com estandartes por agroecologia, reforma agrária e demarcação de territórios indígenas e quilombolas; com faixas pelo fim da escala 6x1 e pela legalização do aborto; com cartazes em solidariedade à Palestina, à Venezuela e à Cuba; com camisetas dizendo “Marielle Vive!”, “Basta de feminicídios!” e “Sem anistia para golpistas!”; com esperanças e sonhos de tantas formas e cores, ocupamos espaços públicos no mundo todo para manifestar nossa rebeldia em relação à ordem social de desumanização e de destruição ecológica e social que estamos vivendo. Caminhamos com aquele tipo de esperança sobre a qual escreve Eliane Potiguara em “Metade cara, metade máscara”:

“O que é da vida?
Se sofremos...
Se choramos...
Por que não sorrir?
E deixar o rio de mágoas
Que nos sufoca.
Secar ao sol da esperança
Da vontade de viver...
Da vontade de nossa terra.”
(POTIGUARA, 2018, p. 141)

A partir da mística das mobilizações do 8 de março, também ao longo de todo este mês seguimos cultivando encontros entre mulheres, buscando multiplicar e ecoar o som da resistência e da mudança que queremos, construindo juntas nossas rodas de autocuidado, cuidado coletivo e cuidado político com o projeto feminista, antirracista e popular de sociedade que necessitamos para viver, ter saúde, acessar direitos e políticas públicas, sermos sujeitas de nossas próprias histórias, sermos livres das violências e feminicídios.

Vemos ao nosso redor um contexto de crises socioambientais, geopolíticas e econômicas, as quais aprofundam os problemas sociais que atravessam nosso cotidiano de vida, ampliando a escassez e as barreiras de tudo que é fundamental à dignidade humana - como o direito de ser, o direito à diferença, o trabalho com direitos e todos os demais direitos humanos: terra e moradia, alimentação saudável, cultura e lazer, participação política, entre outros. Conforme disse Silvia Federici em "O patriarcado do salário":

"No momento em que escrevo, incêndios queimam centenas de hectares de florestas (...), oceanos estão sendo transformados em lixeiras, recifes de corais estão morrendo, plantações são envenenadas, quimicamente, espécies animais são extintas, bem como culturas, línguas e populações, ao mesmo tempo em que um novo processo de colonização está em curso para obter minerais imprescindíveis à digitalização da produção, levando novamente ao deslocamento em massa, ao constante estado de guerra e a uma perda imensurável de vidas humanas."
(FEDERICI, 2021. P. 18)

E assim, os desafios estão entrelaçados e, portanto, nos desafiamos cada vez mais a nos enredar e somar forças, para com redes fortes tecer as alternativas coletivas. Na sociabilidade contemporânea as desigualdades não são temporárias, mas são históricas e estruturais, pois, a lógica hegemônica de mercantilização da vida é antagônica à democratização do acesso à terra e aos bens comuns, aos meios de produção, à riqueza socialmente produzida e aos próprios direitos humanos.

Este antagonismo decorre do fato de que o tempo e espaço da vida social são estruturados por sistemas de dominação arcaicos e cruéis, como o patriarcado cis-heteronormativo, o racismo, o capitalismo e o imperialismo, que se fundamentam nas divisões social, racial, sexual e internacional do trabalho e que se expressam em todas as dimensões da sociedade. Ou seja, se expressam: na precarização das relações de trabalho e no adoecimento das mulheres e trabalhadores do campo e da cidade; na sub-representação política dos grupos e classes sociais em situação de pobreza e desigualdades; nas relações autoritárias, conservadoras, fundamentalistas e fascistas que atravessam escolas, universidades, igrejas, mídias, redes sociais, famílias e comunidades oprimindo, controlando, fazendo guerras e impondo sofrimentos aos corpos e subjetividades das comunidades e povos, sobretudo, das mulheres e meninas negras, indígenas, periféricas, camponesas, migrantes.

Desta forma, perspectivas feministas antirracistas populares do campo e da cidade têm um compromisso ético-político com o enfrentamento de todas as desigualdades e espoliações, portanto, construímos espaços políticos para avançar a partir de nossos territórios de luta, cuidado e sustentação da vida. Em “A mulher na sociedade de classes: Mito e realidade”, Heleieth Iara Saffioti fala:

“Preconceitos de raça e sexo desempenham, pois, um papel relevante quer na conservação do domínio do homem branco, quer na acumulação do capital.” (SAFFIOTI, 2013, p. 82)

“Incentivar atitudes que discriminam certas categorias sociais significa assumir um comportamento altamente racional em relação a fins na medida em que esses contingentes humanos constituem reservas de trabalho das quais se poderá lançar mão e a bom preço. A secularização do pensamento é, pois, fenômeno subordinado aos interesses da ordem imperante nas sociedades de classes. Os preconceitos, aparentemente retardadores da implantação da ordem capitalista, funcionam, no fundo, como fatores auxiliares ponderáveis da conservação dessa mesma ordem. É limitando, através do uso cuidadoso das imagens estereotipadas o grau e a extensão da integração de certas categorias sociais no sistema de produção de bens e serviços, que este se resguarda de possíveis rupturas (...).”
(SAFFIOTI, 2013, p. 89)

Daí que podemos compreender os motivos pelos quais a lógica do capital não é mera “ordem e progresso”, mas um processo dialético e contraditório de desenvolvimento imbricado nos terrores arcaicos de nossa formação sócio-histórica e econômica que é escravocrata, latifundiária, patriarcal, racista, colonial, autoritária, fundamentalista, feita de ditaduras, golpes, privatizações e grilagens. Estamos lidando com as contradições que se expressam de formas novas nos dias de hoje, mas cujos alicerces estão em uma formação social e econômica de centenas de anos, em relação à qual também existem lutas e resistências históricas: de povos originários, de quilombolas e demais comunidades tradicionais, de camponesas e camponeses, de atingidas e atingidos por barragens, de trabalhadoras e trabalhadores sem terra, de operárias, operários e sindicatos, de trabalhadoras rurais, domésticas, periféricas, da área da saúde, professoras, cuidadoras, e muitas mais. Buscamos intervir nesta formação social por meio da construção de políticas públicas para as mulheres, com orçamento adequado para que cheguem nos territórios e mudem as realidades de vida nas comunidades, mas a partir de uma estratégia que também tenha raízes profundas, ao se somar aos processos de construção de força social feminista, antirracista, popular e transformadora nos territórios.

Isto demanda das lutadoras e lutadores sociais avançar na organização popular e na construção de experiências alternativas para a autonomia das mulheres e o bem viver dos povos, construindo relações de forças favoráveis à conquista dos direitos, políticas e finanças públicas para atendimento das necessidades humanas, sobretudo, em um ano eleitoral como 2026. Este ano já vem sendo intenso, com as ruas e as datas de lutas sendo disputadas por candidatos e candidatas golpistas, fascistas, conservadores aos quais precisamos estar alertas e não nos deixar enganar.

Precisamos conhecer e participar da eleição de candidaturas populares, feministas, trabalhadoras, sem terras, indígenas, negras, LGBTQIAP+, que tenham propostas comprometidas com a defesa da vida das mulheres e do povo, com a defesa da democracia e do Estado Laico, Democrático e de Direitos livre de terrorismo de Estado, livre de golpes políticos e financeiros e livre de retrocesso nas leis e direitos conquistados coletivamente.

Neste sentido, as lutas das mulheres por direitos - em suas diversidades e, considerando as barreiras e privilégios que constituem também desigualdades entre si mesmas como grupo social – são para transformação estrutural da sociedade e não podem ser reduzidas às questões identitárias, conforme a perspectiva liberal sobre as mulheres.

Em teoria, o liberalismo e a candidaturas liberais e de direita se apresentam como referência de liberdade, igualdade, fraternidade, cooperação, soberania e democracia, porém, a realidade concreta da vida no contexto atual em que o neoliberalismo é hegemônico, tem sido ao contrário de suas falsas promessas: despejo, fome, criminalização dos movimentos sociais, encarceramento em massa, genocídios, feminicídios, competição e individualismo, dependência e bloqueios, guerras imperialistas por minérios raros, commodities, fontes de energia.

Deste modo, a conjuntura em que vivemos é uma crise civilizatória que coloca em risco a vida da humanidade e do planeta e que requer mudanças estruturais, requer nossa participação política na construção de um projeto ético-político, crítico, popular que conquiste corações e mentes, angariando espaço na sociedade contra as bancadas conservadoras no Congresso Nacional (como as bancadas do boi, da bíblia, da bala, das bets, dos bancos...) que disseminam a cultura do ódio, da desqualificação e da violência política contra as mulheres lutadoras sociais. Precisamos reconhecer como esta lógica perversa da exploração do trabalho e da sub-representação política incide sobre o aumento das violências contra as mulheres e dos crimes hediondos de feminicídios no país, tanto nos espaços domésticos como nos lugares públicos: ruas, espaços políticos, escolas, redes sociais, entre outros.

Consoante o relatório “Retratos dos Feminicídios no Brasil”, publicado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, no ano de 2025, foram registradas 1.568 mulheres vítimas de feminicídio no Brasil. Comparado a 2024, trata-se de uma taxa crescente em 4,7%. Destarte, o mesmo relatório identifica que 62, 6% das vítimas de feminicídios são mulheres negras. Considerando a existência de leis contra a violência doméstica e o feminicídio no Brasil, estes dados apontam para necessidade de ampliar e monitorar o orçamento e a implementação de ações, programas e políticas públicas de proteção e de prevenção e enfrentamento às violências e desigualdades de gênero e raciais.

Assim, é importante afirmar como as relações raciais e de classes estruturam também de forma imbricada os fenômenos sociais das violências contra mulheres, das violências de gênero e dos feminicídios, violando direitos e constituindo barreiras ainda maiores às mulheres negras, mulheres trans, quilombolas e das demais comunidades tradicionais, indígenas, dos campos, florestas e águas e das periferias urbanas. Como escreve Verônica Gago, em “A potência feminista ou o desejo de mudar tudo”, sobre uma “guerra interna” que coexiste com as guerras imperialistas bombardeando o sul global:

“Na América Latina, a realidade do feminicídio exige voltar à pergunta sobre seu significado: que mensagem é transmitida por esses crimes que, agora, parecem não mais se restringir ao âmbito doméstico, podendo acontecer no meio de um bar, em um jardim de infância ou na própria rua? O feminicídio desencadeia uma ‘pedagogia da crueldade’, indissociável de uma intensificação da ‘violência midiática’ que opera espalhando as agressões contra mulheres ao mesmo tempo que difunde a mensagem do assassino e confirma um código de cumplicidade relativo a um modo de exercício da masculinidade.”
(GAGO, 2020, p. 96)

As violações de direitos e as violências atravessam nosso cotidiano de forma mais acelerada em tempos de crise, exigindo respostas a curto prazo na luta pela sobrevivência. No entanto, as mudanças estruturais requerem também construir condições para construirmos alternativas a longo prazo, também visibilizando e valorizando a participação das mulheres em todas as dimensões da vida social: na produção, na reprodução social e nos cuidados.

Mas, e como fica o tempo para se indignar e transformar estas contradições que parecem cada vez mais naturalizadas? Como fica o tempo para sonhar e imaginar outras formas possíveis de se viver? Como fica o tempo para descansar, recompor forças e construir na prática as alternativas que necessitamos?

Deste modo, também precisamos reconhecer: ainda que pareça evidente que a realidade precise ser transformada, uma das armadilhas mais perversas desta ordem social de mercantilização da vida é reduzir as mulheres, trabalhadoras do campo e da cidade, povos e comunidades à situação de objetos dos projetos das elites nacionais e internacionais: fazendo parecer que as desigualdades sociais são decorrentes de falhas e culpas individuais de cada pessoa, acirrando a perspectiva individualista e competitiva como paradigma de relações, invisibilizando e criminalizando as alternativas em curso como se não existissem memórias de outras formas de se viver e nem novas experiências por onde ir, fragmentando e tentando fazer fracassar os processos de mudança social. Conforme nos ensinou Lélia González podemos desafiar a identificação com os dominadores e suas mistificações da realidade, pois, em “Racismo e sexismo na cultura brasileira” ela já dizia:

“De saída, o que se percebe é a identificação do dominado com o dominador. E isso já foi muito bem analisado por Fanon, por exemplo. Nossa tentativa aqui é a de uma indagação sobre o porquê dessa identificação.” (GONZALEZ, 2020, p. 76)

“A gente fala das noções de consciência e de memória. Como consciência a gente entende o lugar do desconhecimento, do encobrimento, da alienação, do esquecimento e até do saber. É por aí que o discurso ideológico se faz presente. Já a memória, a gente considera como o não saber que conhece, esse lugar de inscrições que restituem uma memória que não foi escrita, o lugar da emergência da verdade que se estrutura como ficção (...). Mas a memória tem suas astúcias, seu jogo de cintura; por isso, ela fala através das mancadas do discurso da consciência.” (GONZALEZ, 2020, p. 78-79)

Mas, as saídas existem e elas são coletivas. As mulheres, os povos, grupos e classes sociais são sujeitos de suas próprias histórias, têm a capacidade de ação coletiva, intervenção e transformação nas relações sociais. Estamos aqui em mais um mês de março, rebeldes, alertas e afirmando que devido a tudo isso as memórias e experiências de vida, os saberes e práticas das mulheres do campo, das florestas, das águas e das periferias urbanas são revolucionários, sobretudo, quando se encontram. As mudanças são necessárias e urgentes à vida das mulheres, de suas famílias e comunidades, de seus povos, de suas companheiras e companheiros de movimento popular e mesmo que a tendência das estruturas seja nos imobilizar, vamos percebendo cada vez mais que as saídas das encruzilhadas civilizatórias e socioambientais de nosso tempo serão coletivas.

Quando vemos as contradições do nosso tempo a partir do ponto de vista coletivo e em conexão com a natureza, recuperamos nossa memória de sujeitos protagonistas de novas histórias de bem viver. Mesmo que as contradições de nosso tempo se expressem por meio de tantas violências, violações de direitos e destruição socioambiental com o objetivo de reproduzir desigualdades barrar o fluxo do rio das mudanças necessárias “as mulheres são como as águas: crescem quando se encontram”. Estamos cultivando processos organizativos que viabilizem o florescimento de empreendimentos coletivos e autogestionários entre mulheres, assumindo um compromisso com a defesa da vida, com a resistência e a territorialização das lutas. Defesa da vida no sentido de defender o direito de ser da diversidade de vidas, culturas, tradições de fé e, também, de assumir as responsabilidades necessárias para sustentar a continuidade da vida.

Estamos olhando para os territórios, compreendendo que ali estarão as alternativas à sociabilidade patriarcal, racista e capitalista em que vivemos e é importante refletir sobre qual perspectiva de território nos fundamenta. Será a continuidade de territórios a serviço dos interesses estratégicos de elites e potências econômicas e políticas, sendo degradados com o extrativismo agrário para exportação de minérios e commodities? Ou será uma perspectiva transformadora, de territórios enraizados na autonomia, visibilização e valorização dos trabalhos, saberes e práticas das mulheres, nas necessidades humanas, na agroecologia, nas soberanias dos povos, nos direitos à segurança alimentar e nutricional e à soberania alimentar, à saúde e ao bem viver? Temos nos dedicado a esperançar e seguir adiante pela perspectiva transformadora, sabendo que cada grupo de mulheres pode ser uma pequena gota de água, mas que conseguem se encontrar e constituir rios, mares e muitas ondas feministas que movimentam as estruturas trazendo as mudanças necessárias à vida.

Na defesa deste segundo paradigma,
olhamos para nós mesmas,
para nossas histórias de contradições,
desigualdades, privilégios e barreiras,
para saber onde queremos chegar.

Olhamos para nossas necessidades humanas,
como a própria necessidade de
autocuidado e cuidado coletivo e
reinventamos o jeito de fazer política,
o jeito de se unir,
em um processo de cuidado que não é perfeito,
mas que se propõe a avançar
como elemento importante para
um novo projeto popular de país,
para transformação do sistema político,
para transformação das formas de participar,
para avançar em temas que tem sido
bloqueados
no Congresso Nacional:

como a legalização do aborto,
a erradicação do uso de agrotóxicos,
a realização da reforma agrária popular,
entre outros.

Não estamos alheias aos desafios de nosso tempo, pois, estando atentas é que seguimos em frente com pés no chão, na terra, nos territórios e comunidades, cultivando raízes de lutas.

NOTA EDITORIAL

Esta coletânea reúne textos elaborados pela CFEMEA e publicados no portal CFEMEA, acompanhando as disputas democráticas brasileiras de junho a outubro de 2026 a partir de uma perspectiva feminista, antirracista e popular.

Democracia acontece quando votamos, e também quando nos organizamos.

OBSERVAÇÃO:
O texto 5 sobre as cotas de gênero, integra a 4ª edição da campanha Quero Me Ver no Poder, iniciativa da Plataforma dos Movimentos Sociais por Outro Sistema Político com apoio do Instituto de Estudos Socioeconômicos (INESC), construída em parceria técnica e política com a Revista Afirmativa.

O texto 9, sobre democracia e segundo turno, é um posicionamento político do Comitê Brasileiro de Defensoras e Defensores de Direitos Huamnos, elaborado em conjunto com a CFEMEA, que integra o Grupo Animador do CBDDH.

Esta publicação é uma edição de leitura e referência, e tem a reprodução integral dos artigos.

TERRITÓRIOS de Cuidado, Luta e SUSTENTAÇÃO DA VIDA
CFEMEA

TERRITÓRIOS de Cuidado, luta e SUSTENTAÇÃO DA VIDA

CFEMEA